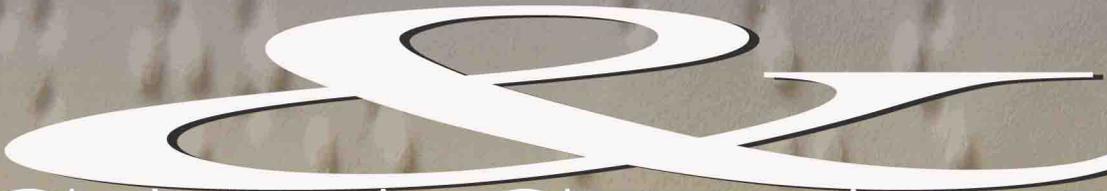
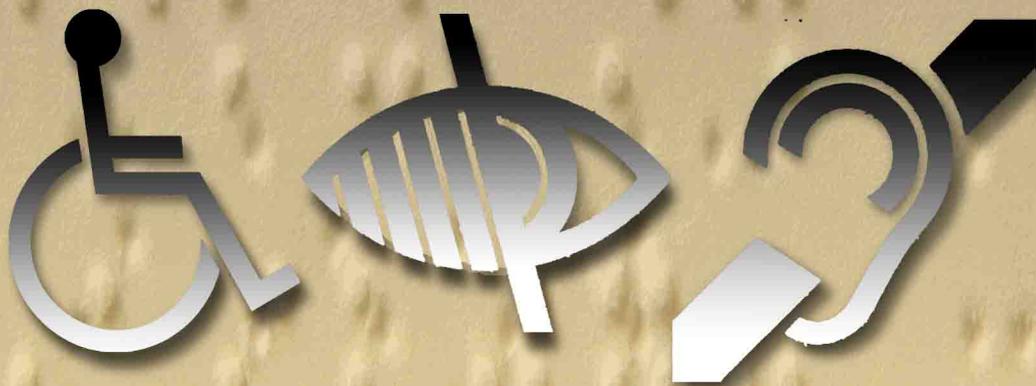




SOCIEDADE E VALORES

Novembro de 2006

DEFICIÊNCIA

CAPACIDADE





Sociedade e Valores, Volume 11, Número 11

Editor	Robin L. Yeager
Editor e colaborador	Chandley Mcdonald
Editora associada	Rosalie Targonski
Especialistas em referências	Mary Ann Gamble Kathy Spiegel
Fotógrafo da equipe	Barry Fitzgerald
Editora de fotografia	Ann Monroe Jacobs
Ilustração da capa	Thaddeus A. Miksinski Jr.

Redator-chefe	George Clack
Editor executivo	Richard W. Huckaby
Gerente de produção	Christian Larson
Revisora de português	Marília Araújo
Assistente de gerente de produção	Sylvia Scott

Conselho editorial	Jeremy F. Curtin Janet E. Garvey Charles N. Silver Jeffrey E. Berkowitz
--------------------	--

A capa, desenhada por Thaddeus A. Miksinski Jr., tem letras de Braille ao fundo e três símbolos estilizados que representam os diferentes tipos de deficiência: a cadeira de rodas representa os portadores de deficiência física, o olho representa os que são cegos ou enxergam pouco e a orelha representa aqueles que são surdos ou têm deficiência auditiva. Os símbolos internacionais padronizados do Graphic Artists Guild podem ser encontrados em <http://www.gag.org/resources/das.php>.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica revistas eletrônicas em cinco áreas temáticas sob o logo *eJournal USA* — *Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda da Política Externa e Sociedade e Valores*. Essas revistas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA. Cada revista é catalogada por volume (o número de anos em circulação) e por número (o número de edições publicadas durante o ano).

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas também são traduzidas para o árabe, o chinês e outros idiomas se necessário.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas em <http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBS
U.S. Department of State
301 4th St. S.W.
Washington, DC 20547
United States of America
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição

Uma deficiência pode direta ou indiretamente limitar a capacidade de uma pessoa de participar das atividades da vida normal. Os efeitos diretos são razoavelmente fáceis de identificar — uma deficiência visual, por exemplo, afeta a mobilidade pessoal, a capacidade de ler um texto impresso comum ou de assistir à televisão. Porém, os efeitos indiretos, igualmente debilitantes, às vezes não são identificados ou compensados com tanta facilidade. Uma deficiência pode dificultar o acesso ao ensino, de modo que algumas pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva podem não ter o mesmo nível de instrução que as demais. Dependendo da deficiência e da possibilidade de acesso à ajuda, podem existir outros efeitos indiretos como mobilidade reduzida, restrições à integração social, maior dificuldade para encontrar emprego (ou não ter condições físicas de chegar ao local de trabalho ou de fazer o serviço) e dificuldade de cuidar da saúde, do físico e da própria alimentação. Os Estados Unidos, ao reconhecer que, como um todo, as pessoas com deficiência tendem a ter menos instrução, a ser mais afetadas pelo desemprego e a ter problemas de saúde com mais frequência — geralmente por causas não relacionadas diretamente às suas deficiências — desenvolveram programas e amparos legais para começar a enfrentar essas questões.

Ao pesquisar esse assunto, descobrimos que em todo lugar aonde íamos havia alguém atribuindo a si a autoria da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) ou dando crédito dessa autoria a uma terceira pessoa. Ficou claro que, em vez de indicar um conflito, essas alegações estavam, na verdade, enfatizando o incrível espírito de cooperação e de colaboração necessário para que essa legislação fosse aprovada.

De presidentes e membros do Congresso a organizações de direitos civis e órgãos que atendem pessoas com deficiência, advogados, empresários, filantropos, pesquisadores das áreas médica e técnica e ativistas populares, inúmeras pessoas contribuíram com idéias, exemplos, inspirações e apoio a essa lei e, mais do que isso, ao valor cultural que ela representa: que toda pessoa possui um conjunto de habilidades e deficiências.



Charlie Cortez, The Daily Oakland Press © AP Images/

Ajudar cada pessoa a desenvolver o que tem de melhor ajuda a todos. A sociedade é quem mais ganha

barreiras impostas às pessoas com deficiência são atividades em andamento. Também discutimos algumas das lacunas ainda existentes, além de discorrer sobre os esforços empregados para preenchê-las.

Alguns dos programas apresentados nesta revista, como dicas para procurar emprego, foram criados originalmente para ajudar pessoas dentro dos Estados Unidos. No entanto, incluímos informações sobre eles porque ajudam a ilustrar a ampla gama de assuntos envolvidos na implementação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência e porque podem ser úteis na elaboração de programas em outros locais.

Em nossas pesquisas para a elaboração desta revista, tivemos acesso a relatos de pessoas, organizações e governos que atuam em trabalhos importantes em nome dos portadores de deficiência no mundo todo. Esperamos que as informações sobre os programas nos Estados Unidos sejam tão interessantes e úteis para esses grupos quanto foi inspiradora para nós a aprendizagem sobre seu trabalho.

Os editores



SOCIEDADE & VALORES

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / NOVEMBRO DE 2006 / VOLUME 11 / NÚMERO 11
<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>

Deficiência e Capacidade

- 4** **Pronunciamento Presidencial no 16º Aniversário da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência**
PRESIDENTE GEORGE W. BUSH
- I. RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS**
Esta seção descreve vários aspectos da implementação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) e como ela tem, de acordo com pronunciamento do presidente Bush em 2006, "desempenhado um papel significativo na melhora da qualidade de vida de milhões de americanos".
- 5** **Sociedade e Leis Americanas Protegem Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência**
PETER BLANCK, PRESIDENTE DO INSTITUTO BURTON BLATT, UNIVERSIDADE DE SYRACUSE
Especialista na Lei dos Americanos Portadores de Deficiência discute a implementação da lei, incluindo casos jurídicos importantes.
- 9** **Garantia de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência: Uma Questão Comunitária**
MICHAEL JAY FRIEDMAN, DA EQUIPE DE REDAÇÃO DO BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
Cidades grandes e pequenas responderam à Lei dos Americanos Portadores de Deficiência providenciando uma variedade de serviços e recursos para cidadãos com deficiência.
- 11** **Galeria de Fotos: *Playgrounds***
- 12** **Contratação de Portadores de Deficiência: Bom para as Empresas**
ELIZABETH B. KELLEHER, DA EQUIPE DE REDAÇÃO DO BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
A Lei dos Americanos Portadores de Deficiência faz diversas exigências às empresas. Este artigo discute como elas responderam e se beneficiaram.
- 14** **Boxe: *Como uma Empresa Lida com a Deficiência***
- 15** **Índios Americanos e Deficiência: Programa da AIDTAC de Montana**
JULIE CLAY, DIRETORA, E GAIL GREYMORNING, ASSISTENTE EXECUTIVA, CENTRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ÍNDIO AMERICANO COM DEFICIÊNCIA
Este artigo descreve as condições culturais e sociais especiais que afetam os índios americanos com deficiência, bem como os programas que foram desenvolvidos para ajudar a vencer alguns desses desafios.

II. OS AVANÇOS CONTINUAM

Esta seção apresenta algumas das iniciativas empreendidas para “capitalizar as conquistas da ADA”, como mencionado no pronunciamento do presidente.

- 17 Acompanhamento das notícias sobre avanços na Medicina
- 18 Iniciativa Nova Liberdade
- 21 Disseminação das informações: Disability Info.gov
- 21 Apoio na busca por emprego
- 23 Saúde e bem-estar: autoridade máxima de saúde pública dos EUA apela à nação
- 24 Educação de crianças portadoras de deficiência
- 25 *Boxe: Educação para conscientização sobre deficiência*
- 26 Prontidão para desastres: Atendimento das necessidades de pessoas com deficiência
- 27 Questões sobre deficiência e relações exteriores
- 28 Tecnologia: Dar condições às pessoas com deficiência para enfrentar os desafios do cotidiano
- 29 Galeria de Fotos: *Os Avanços Continuam*

III. CONTRIBUIÇÕES LOUVÁVEIS

Nesta seção, conforme solicitou o presidente George W. Bush em seu pronunciamento, comemoramos algumas das muitas contribuições de pessoas portadoras de deficiência à sociedade.

- 30 Mattie J.T. Stepanek, poeta
 - 31 Angela Rockwood-Nguyen: Ajudando os outros a seguir em frente
 - 32 Rachael Scdoris, piloto de trenó em competições
 - 33 Michael Naranjo, escultor
 - 34 O presidente americano que usava cadeira de rodas
 - 35 Matthew Sanford, instrutor de ioga
 - 36 Marlee Matlin, atriz
 - 37 Olimpíadas especiais
 - 38 Chris Burke, editor e ator
 - 39 Para conseguir a melhor educação: ativismo, esperança e sonhos
 - 42 Conheça Mandy Oei
- ## IV. LEITURAS ADICIONAIS
- 44 Bibliografia
 - 46 Recursos na Internet



Vídeo

- *Deficiência Não É Incapacidade*
Convocação do Surgeon General, autoridade máxima de saúde pública dos EUA, pela melhoria da saúde e do bem-estar de pessoas com deficiência
- *O que Importa é a Capacidade, não as Deficiências*
Organização Nacional sobre Deficiência www.nod.org

<http://usinfo.state.gov/journals/itsv/1106/ijse/ijse1106.htm>

Pronunciamento Presidencial no 16º Aniversário da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência

Presidente George W. Bush

A Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) ajudou a nação a cumprir sua promessa para milhões de pessoas portadoras de deficiência. O aniversário dessa importante legislação é uma excelente oportunidade para celebrar o nosso avanço no decorrer dos últimos 16 anos e as inúmeras contribuições feitas pelos portadores de deficiência ao nosso país.

Quando o presidente George W. W. Bush promulgou a ADA, em 26 de julho de 1990, ele considerou a legislação "uma reparação extraordinária não apenas para os portadores de deficiência, mas para todos nós, pois junto com o valioso privilégio de ser americano está o dever sagrado de garantir que todos os demais direitos dos americanos sejam também preservados". As amplas reformas da ADA tiveram papel significativo na melhoria da qualidade de vida de milhões de americanos que precisam superar desafios consideráveis diariamente para participar na íntegra de todos os aspectos da vida do país.

Meu governo continua a fazer avanços com base no progresso da ADA por meio da Iniciativa Nova Liberdade. *Criamos uma conexão on-line para dar informações e possibilitar o acesso a recursos do governo federal relacionados com o tema da deficiência no site DisabilityInfo.gov*, além disso, os serviços de capacitação e colocação profissional do programa Ticket to Work (Ingresso para o Trabalho) e o Sistema Centralizado de Colocação Profissional estão oferecendo mais possibilidades de emprego. Também estamos aumentando as oportunidades educacionais para crianças portadoras de deficiência, concedendo-lhes as ferramentas de que precisam para ter êxito nas salas de aula, em casa e na comunidade. Ademais, estamos estimulando o avanço tecnológico e incentivando a oferta cada vez maior de tecnologia assistiva para ajudar os portadores de deficiência a viver e a trabalhar com mais independência. Meu governo continuará seus esforços para remover as barreiras enfrentadas pelos americanos portadores de deficiência e por seus familiares para que cada indivíduo possa desenvolver a plenitude de seu potencial.

Neste aniversário da ADA, reafirmamos nosso compromisso de garantir que as promessas fundamentais da democracia sejam acessíveis a todos os nossos cidadãos. Uma vez que lutamos para ser uma sociedade mais atenciosa e promissora, vamos continuar a mostrar o caráter da América em nossa compaixão uns pelos outros... Conclamo todos os americanos a celebrar as diversas contribuições das pessoas portadoras de deficiência, à medida que trabalhamos para cumprir a promessa da ADA de dar a cada cidadão deste país a oportunidade de viver com dignidade, trabalhar de forma produtiva e realizar seus sonhos. ■



Lawrence Jackson: © AP Images

Durante anos o presidente Bush tem apoiado diversos programas e leis relacionados com as pessoas portadoras de deficiência. Nesta foto de 2004, ele conversa com mãe e filha antes de assinar a Lei sobre a Educação de Indivíduos com Deficiência (Idea)

I. RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS

Esta seção descreve vários aspectos da implementação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) e como ela tem, de acordo com pronunciamento do presidente Bush em 2006, "desempenhado um papel significativo na melhora da qualidade de vida de milhões de americanos".



Barry Thumma / © AP Images

Assinatura da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência, em 1990. Presidente George H.W. Bush (ao centro) entre Evan Kemp, presidente da Comissão de Oportunidades Iguais de Trabalho (à esquerda), e Justin Dart, presidente do Comitê Presidencial Sobre Emprego de Pessoas Portadoras de Deficiência (à direita). Em pé: reverendo Harold Wilke (à esquerda) e Sandra Swift Parrino, presidente do Conselho Nacional sobre Deficiência (à direita)

Sociedade e Leis Americanas Protegem Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência

Peter Blanck

Peter Blanck é professor universitário e presidente do Instituto Burton Blatt da Universidade de Syracuse. Participou do processo de elaboração e aprovação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência, prestou depoimento sobre o assunto perante o Congresso americano e defendeu casos relacionados ao tema na Suprema Corte dos Estados Unidos. Peter Blanck possui vasto material escrito e realizou várias conferências sobre o assunto.

Nos Estados Unidos, o entendimento, as definições legais e as atitudes que dizem respeito às deficiências e às pessoas portadoras de deficiência mudaram ao longo dos anos. Tradicionalmente, a deficiência era vista como um defeito que impedia a pessoa de participar das atividades "normais" do dia-a-dia. Poderia ser um problema

físico ou mental de caráter permanente ou a consequência de um acidente ou doença que tivesse ocorrido em algum momento da vida. As posturas iam do desejo de proteger a pessoa à preocupação de que sua capacidade e, portanto, o seu valor pudessem ser diminuídos a ponto de causar vergonha e culpa ao indivíduo e à família. Em muitos casos, a pessoa ficava trancafiada em casa ou em uma instituição e tinha pouco contato com a sociedade em geral e, na maioria das vezes, a deficiência era considerada permanente ou debilitante, o que certamente não era algo que pudesse ser melhorado com tratamento ou atenuado com adaptações.

RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS

Nos Estados Unidos, a primeira definição legal de “deficiência” foi decorrente do grande número de soldados que voltaram feridos da Guerra Civil (1861-1865). Segundo as leis que regulamentam as pensões dos veteranos da Guerra Civil, eram concedidas pensões especiais aos veteranos deficientes do Exército da União (do norte) baseadas em sua “incapacidade de realizar trabalhos manuais”. Esse modelo definia deficiência como uma enfermidade que impedia a participação igualitária na sociedade (e a capacidade de ter sustento próprio). Entretanto, nem todas as deficiências tinham a mesma definição; certos distúrbios estigmatizados, transtornos mentais e doenças infecciosas às vezes não eram considerados merecedores de assistência, e pessoas com essas deficiências sofriam discriminações.

Cem anos depois, na década de 60, o programa de concessão de benefícios da Previdência Social procurou dar apoio a um grupo de pessoas muito maior que vivia em condições de pobreza e àqueles com deficiências. Mas esses programas continuavam com a forma tradicional de avaliar uma pessoa por sua capacidade de se adaptar a um mundo criado para aqueles sem deficiência e de segregar as que não tinham condições de participar de atividades normais. Tais serviços do governo continuavam a atribuir juízo de valor às pessoas que recebiam benefícios ou serviços.

MUDANÇAS NA ATITUDE

Somente poucos anos depois, na década de 70, os portadores de deficiência começaram a ser vistos como uma minoria na sociedade – um grupo cujos direitos civis deveriam ser protegidos da mesma maneira que os de outras minorias que pediam condições de igualdade. Esse modelo de direitos propiciou uma nova base teórica para considerar uma estrutura fundamentada na inclusão, capacitação e independência econômica das pessoas com deficiência. Os idealizadores dessa nova visão logo perceberam que deveria haver leis que tratassem dos direitos e preocupações desse grupo. Esse novo modelo promoveu a aprovação de leis que garantiram o acesso ao voto, a viagens aéreas e à independência na educação e na habitação, culminando com a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA). A ADA foi um reflexo das mudanças de atitude e, ao mesmo tempo, ajudou a promovê-las, na medida em que se tornou referência legal nas discussões de assuntos e casos relacionados.

Com o advento da ADA, as pessoas começaram a considerar não somente a construção de prédios com arquitetura acessível, mas também formas de ajudar os portadores de deficiência a se integrar com os outros e a participar mais ativamente de todos os aspectos da vida. De ampla influência, a ADA trouxe conseqüências para escolas, empresas, comunidades e instalações públicas; para todas as áreas do governo; e para a saúde e os serviços sociais. Dentre as práticas decorrentes dessa nova consciência estão algumas

mudanças de terminologia: por exemplo, referir-se a um indivíduo como uma “pessoa portadora de deficiência” em vez de chamá-lo de “deficiente”; considerar as diferentes habilidades em vez de um padrão de normalidade; e falar sobre alunos com “diferentes estilos de aprendizagem”, e não com “deficiências de aprendizagem”. Ao mesmo tempo, há um empenho consciente para expandir nossa definição de deficiência de modo a incluir outras condições, como diferenças de aprendizagem ou de processamento de informações, limitações físicas e outras que impedem alguém de participar de uma atividade importante na vida.

Vários grupos e indivíduos trabalharam durante muitos anos para redigir a lei e aprová-la. O prefácio da ADA estabelece as metas da nação para os indivíduos portadores de deficiência, assegurando “igualdade de oportunidades, total participação, sustento próprio e auto-suficiência econômica”. Quando o presidente George H. W. Bush assinou a lei, em julho de 1990, ele chamou a legislação de “uma reparação extraordinária não apenas para os portadores de deficiência, mas para todos nós, pois junto com o valioso privilégio de ser americano está o dever sagrado de garantir que todos os demais direitos dos americanos sejam também preservados”.

O texto da lei é dividido em subcategorias chamadas títulos. Cada título é numerado e trata de determinado assunto ou público-alvo e das proteções ou direitos associados a esse grupo.

A ADA NA PRÁTICA

O Título I da ADA estabelece que é ilegal para a maior parte dos empregadores privados discriminar um indivíduo portador de deficiência em qualquer momento do processo de contratação ou do emprego. O Título II abrange a discriminação por parte dos governos estaduais ou locais. O título III proíbe a discriminação em locais públicos — hotéis, restaurantes, shopping centers e assim por diante. O Título IV exige que as empresas de telecomunicações tornem seus serviços acessíveis às pessoas portadoras de deficiência. Tive o privilégio de defender indivíduos que estavam à frente do movimento a favor dos direitos dos portadores de deficiência. As histórias que relato a seguir são sobre cidadãos que lutaram para se tornar integrantes de uma sociedade igualitária.

Conheci Don P. e sua família em 1999 em uma oficina protegida em Wisconsin. A oficina protegida propicia um ambiente que ajuda as pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais a desenvolver habilidades profissionais e a ganhar experiência de trabalho. Don é uma pessoa com pouco mais de 50 anos com retardo mental. Ele trabalhava em um restaurante como porteiro. Seu desempenho no trabalho era excelente e os colegas gostavam de trabalhar com ele. Um dia o gerente regional fez uma visita ao restaurante e, ao ver Don trabalhando, criticou o supervisor local por ter contratado uma “daquelas pessoas”. Após retornar ao

restaurante, o gerente regional demitiu Don depois que o supervisor local se recusou a fazê-lo. O supervisor local e os funcionários do restaurante demitiram-se em sinal de protesto.

No julgamento, com base no título I da ADA, a defesa do estabelecimento argumentou que Don não estava qualificado para o emprego e que a companhia não o discriminou. Em meu depoimento a favor de Don, falei sobre o estigma que pessoas como ele sofrem no emprego. Não havia nada que depusesse contra o trabalho de Don, ao contrário, a falha estava nas atitudes da gerência. O júri considerou que o restaurante havia violado a lei e concedeu a Don US\$ 70 mil como ressarcimento e compensação por danos. Para deixar claro que a discriminação de deficiências não seria tolerada, o júri concedeu a ele mais US\$ 13 milhões como indenização punitiva, a mais alta indenização monetária concedida por um júri a um caso trabalhista da ADA até então.

O Título II exige que os serviços dos governos locais e estaduais sejam acessíveis às pessoas portadoras de deficiência. Um item do Título II dispõe que as entidades públicas conduzam programas em ambientes integrados. Em *Olmstead v. Zimring* (1999), a Suprema Corte considerou o alcance desse mandato de integração. Duas mulheres com retardo mental entraram com processo, com base no Título II, alegando que o estado da Geórgia as havia discriminado por atendê-las em local institucionalizado, e não junto com a comunidade. Os profissionais do estado determinaram que o tratamento na comunidade (em uma unidade local, não em uma instituição distante que exigisse que as mulheres tivessem de se afastar de casa, da família e da comunidade) seria o mais adequado para suas condições específicas, porém não havia disponibilidade. A Suprema Corte considerou que isso era discriminação de acordo com a ADA e exigiu que o estado oferecesse atendimento em áreas próximas.

No início da década de 90, assim como outros profissionais, eu participava de um litígio para melhorar as condições das instalações estaduais para os portadores de deficiência e, quando fosse apropriado, para dar aos internados a oportunidade de viver na comunidade. Conheci Sara K. em 1991, quando ela estava internada na unidade de saúde da Escola de Treinamento do Estado de Wyoming. Sara tinha passado a maior parte de seus poucos anos de vida na unidade hospitalar da escola de treinamento. Era uma menina de 10 anos, de olhar vivo e temperamento esperto, com espinha bífida e outros problemas de saúde graves. A decisão do caso foi que Sara deveria estar entre os primeiros a serem transferidos para a comunidade. Os pais de Sara ficaram preocupados, o que era compreensível, mas concordaram que ela deixasse o hospital para morar em casa. O que se sucedeu foi uma história incrível. Sara adaptou-se à sua vida em casa e se desenvolveu em salas de aula comuns. Poucos anos antes, Sara teria passado toda a sua vida na escola de treinamento em uma cama de hospital de uma distante região de Wyoming. Como resultado da mudança,

ela passou a levar uma vida mais normal, integrou-se com sua família, colegas de escola e a comunidade e foi capaz de construir um futuro mais promissor.

Sara faleceu em janeiro de 2001. Tinha 15 anos. O diretor de programas comunitários de Wyoming, Bob Clabby, escreveu para mim: "Tenho a forte sensação de que a duração do tempo em que permanecemos neste mundo é menos importante do que o que fazemos com ele; Sara inspirou muitas pessoas, especialmente você e eu."

O FUTURO

O modelo da ADA está dando resultados. De fato, está unindo países em todo o mundo na busca de políticas para melhorar a vida de portadores de deficiência. No terceiro trimestre de 2006, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Portadores de Deficiência, foi adotado um tratado internacional sobre os direitos humanos dos portadores de deficiência no mundo todo.

Nos Estados Unidos, a ADA está ajudando a diminuir a discriminação e encorajando os empregadores a fazer adaptações nos locais de trabalho. Em 2004, a Pesquisa Harris sobre Americanos Portadores de Deficiência da NOD (Organização Nacional sobre Deficiência) revelou que a porcentagem de pessoas com deficiência que se queixavam de discriminação no local de trabalho havia diminuído significativamente nos quatro anos anteriores. Os benefícios econômicos para as empresas que empregam e fazem adaptações para funcionários portadores de deficiências estão documentados.

O mandato de integração estabelecido pelo Título II da ADA alcançou milhares de indivíduos. Em *Tennessee v. Lane* (2004), George Lane, portador de deficiência física, respondeu a processo como réu em um acidente de trânsito. Ele teve que subir dois lances de escada rastejando para comparecer à audiência judicial em um edifício onde não havia elevador. Na audiência seguinte, recusou-se a subir dessa maneira novamente. Entrou com uma ação para reivindicar seu direito de acesso. Na sentença que o favoreceu, a Suprema Corte dos EUA declarou que o Título II exige que os estados não discriminem os portadores de deficiência em seu direito de acesso aos tribunais.

A premissa do Título III da ADA é direta e objetiva — shopping centers, centros comerciais, escritórios comerciais e empresas como hotéis não podem discriminar pessoas com deficiência. Locais com adaptações públicas para essas pessoas são cada vez mais acessíveis. Uma questão atual com implicações de longo alcance é o uso do Título III para assegurar a acessibilidade da internet; por exemplo, as páginas da Web devem funcionar com programas leitores de tela utilizados por deficientes visuais. Os sites da internet oferecidos por entidades públicas ao público geral devem observar um conjunto de normas para serem qualificados como acessíveis.

RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS

Chamei a atenção para os americanos portadores de deficiência e sua busca pelos direitos civis — no passado, presente e futuro. Algumas posturas são difíceis de combater, e hoje as pessoas continuam a lutar para acabar com o estigma da deficiência, não apenas em ambientes profissionais e governamentais, mas também entre colegas e até mesmo familiares.

Fui consultor jurídico adjunto em um processo de custódia entre os pais de dois meninos pequenos, Mike e Sam. Mike tinha diagnóstico de autismo e freqüentava a escola para atender às suas necessidades educacionais e sociais. Em audiência no tribunal ligada ao processo de divórcio, o pai disse em juízo que acreditava que o autismo de Mike estava prejudicando o desenvolvimento de Sam. Ele pediu a custódia de Sam. O juiz atendeu ao pedido e as crianças foram separadas. A decisão do tribunal de separar os irmãos foi baseada em um pressuposto não comprovado do impacto negativo de se ter um filho com autismo na família. O juiz não encontrou problemas na custódia da mãe, mas desprezou o direito de os irmãos viverem juntos.

Recorremos contra a sentença dada pelo juiz e o Tribunal de Recursos da Califórnia concordou com nosso posicionamento. A subsequente reunião dos irmãos Mike e Sam nos faz lembrar que os direitos dos portadores de deficiência continuam a ter relação tanto com a luta contra o preconceito quanto com a superação de barreiras físicas no mundo. Tenho certeza que alcançaremos as aspirações da ADA. O modo como lidamos com essas questões é que definirá a vida das crianças de futuras gerações que nascerem portadoras de deficiência. Diferentemente das gerações anteriores, nossos filhos não conhecerão um mundo sem a ADA, um mundo sem sua visão de igualdade.

[<http://bbi.syr.edu>] ■

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Garantia de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência: Uma Questão Comunitária

— Michael Jay Friedman



Jeffrey Haderthauer: © AP Images

A mobilidade contribui para a independência pessoal e econômica. Oferecer transporte acessível é uma forma de as cidades atenderem todos os segmentos da população

Grandes e pequenas cidades dos Estados Unidos abraçaram o desafio de tornar as áreas públicas acessíveis a todos os seus cidadãos. Michael Jay Friedman é da equipe de redação do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.

As comunidades locais dos Estados Unidos são totalmente parceiras no esforço nacional para assegurar aos portadores de deficiência seus direitos legais plenos, garantidos pela Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA). O Título II da ADA garante igual acesso aos benefícios de programas, atividades e serviços públicos. O propósito é louvável, mas pode exigir recursos públicos consideráveis – estima-se, por exemplo, que o custo para fazer as adaptações necessárias em um ônibus e equipá-lo com um elevador de cadeira de rodas seja de US\$ 40 mil ou mais.

Ainda assim, os municípios de todo o país se mobilizaram num grande esforço para cumprir o desafio. Os governos locais, desde os das grandes cidades até os das menores e das vilas, atenderam à promessa feita pelo presidente Bush aos portadores de deficiência em 2001: "Onde quer que haja uma barreira entre o cidadão, seus direitos plenos e sua dignidade, devemos trabalhar para removê-la em nome meramente da decência e da justiça."

UM PARQUE DO MILÊNIO PARA TODOS

O prefeito de Chicago, Richard M. Daley, estabeleceu como meta fazer de sua cidade, a terceira maior da nação, a de maior acessibilidade. Quando a cidade resolveu transformar uma área abandonada de estradas de ferro e estacionamentos numa magnífica obra para recreação, Daley chamou o arquiteto Edward K. Uhler, que decidiu criar "um parque de padrão internacional para ser desfrutado por todos os moradores e visitantes, independentemente de suas aptidões físicas".

Concluído em 2004, o Parque do Milênio dispõe de várias facilidades que permitem aos visitantes portadores de deficiência usufruir inteiramente das suas inúmeras atrações. Um espelho d'água e uma fonte central são totalmente acessíveis. Rampas em ziguezague para atrações em locais elevados possibilitam às cadeiras de rodas curvas de 180°. A área gramada principal é reforçada por uma estrutura de malha abaixo da superfície. Essa malha, ao manter a rigidez do solo, facilita o movimento das cadeiras de rodas.

A organização Veteranos Paralisados da América concedeu a Uhler o prêmio América Sem Barreiras. O presidente do grupo expressou sua gratidão "pelos esforços de pessoas como Ed Uhler, que têm como prioridade não apenas discursar sobre os desafios cotidianos enfrentados

RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS

pelas pessoas portadoras de deficiência, mas, principalmente, oferecem uma proposta de soluções acessíveis para esses desafios".

ESFORÇOS PREMIADOS

Desde 2001, a Organização Nacional dos Portadores de Deficiência do setor privado tem concedido o prêmio América Acessível aos municípios que se destacam por oferecer às pessoas com deficiência oportunidades plenas e iguais de participação na vida comunitária. Os vencedores têm demonstrado grande empenho em propiciar acesso a educação, empregos, participação em eleições, transporte, moradia, prática religiosa e uma ampla gama de atividades sociais, recreativas, culturais e esportivas.

A vencedora de 2004, Pasadena, na Califórnia, é famosa pelo Desfile do Torneio das Rosas realizado no dia de Ano Novo e pelas partidas de futebol no estádio Rose Bowl. Menos conhecidos são os três setores da arquibancada adaptados para cadeiras de rodas e reservados para os portadores de deficiência e seus convidados, a locução descritiva das festividades para os deficientes visuais e sua reprodução em linguagem de sinais para os deficientes auditivos. Logo após o final do desfile é concedido a todos os portadores de deficiência um tempo extra para que apreciem os carros alegóricos de perto.

Pasadena se empenha em suprir as necessidades de seus cidadãos portadores de deficiência. Sua biblioteca central, construída em 1927, foi adaptada com elevador de cadeiras de rodas, estações de computação com acessibilidade a cadeiras de rodas e elevadores. Uma conferência anual sobre profissões congrega estudantes do ensino médio e profissionais portadores de deficiência para fazer contatos sociais e discutir opções profissionais, autodefesa e formas de solicitar adaptações razoáveis no local de trabalho. Muitos documentos da cidade são confeccionados em Braille para favorecer os deficientes visuais.

O empenho da cidade na integração plena dos portadores de deficiência na vida comunitária é "forte e antigo", diz o prefeito Bill Bogaard. Pasadena "enaltece a diversidade e busca oferecer um estilo de vida inclusivo, cultivado ao longo do tempo por portadores de deficiência capazes e dedicados, seus familiares e amigos".

GRANDES E PEQUENAS COMUNIDADES

Tanto as grandes cidades quanto as comunidades rurais menores têm lutado para cumprir e suplantar as normas da ADA. Em Santo Antonio, Texas, a nona maior cidade da nação, existe a Calçada do Rio (River Walk) com passeios de paralelepípedos e lajotas ao longo das margens do Rio Santo Antonio cortando o distrito comercial. Atualmente, três rampas de acesso, quatro elevadores e uma ponte que atravessa o rio permitem o acesso de cadeirantes a esse importante centro social. Hotéis e outros estabelecimentos comerciais ao longo da Calçada do Rio estão se mobilizando para oferecer acessibilidade semelhante em seus prédios. "O acesso melhorou muito e a mobilidade está muito mais fácil", diz um deficiente visual de Santo Antonio. "Mudou muito!"

Nesse meio tempo, o condado rural de Summers, na Virgínia Ocidental, mobilizou-se para garantir que seus cidadãos portadores de deficiência possam ter acesso ao Fórum do Condado para fazer negócios. O estacionamento é acessível e uma rampa facilita a circulação de cadeiras de rodas. O cadeirante pode facilmente alcançar os balcões de serviço recentemente abaixados. Na sala de audiência, os locais destinados ao júri e às testemunhas atualmente acomodam cadeiras de rodas. A sinalização inclui letreiros em Braille e dispositivos de assistência para ajudar as pessoas com deficiência auditiva. Um portador de deficiência da cidade lembra que antes dessas melhorias ele não podia pagar seus impostos pessoalmente porque, de cadeira de rodas, não tinha como subir as escadas até o segundo andar onde ficam os caixas. "Agora me sinto bem, muito bem mesmo, ao ver as mudanças feitas aqui."

Pode-se encontrar exemplos semelhantes em todo o país. Os detalhes variam, mas a determinação de melhorar a vida das pessoas com deficiência é a mesma. Ao final, os benefícios são compartilhados: ciclistas e pais empurrando carrinhos de bebê, por exemplo, também gostam de guias rebaixadas, além disso, elevadores e rampas costumam ser um benefício para os mais velhos. Acima de tudo, ao capacitar seus vizinhos portadores de deficiência a contribuir com o bem comum, os americanos fortalecem suas comunidades, que lhes retribuem do mesmo modo. ■

PLAYGROUNDS

RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS

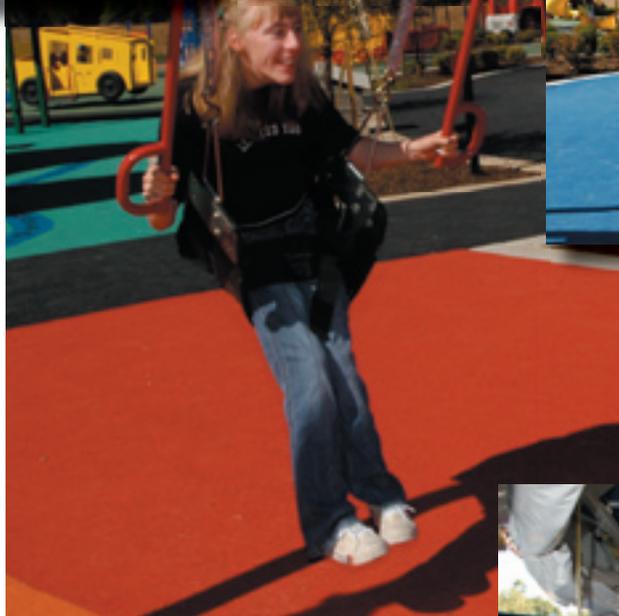
Fundação Fairfax County Parks



Escorregador seguro

O replanejamento dos playgrounds facilitou o acesso de crianças deficientes e aumentou a segurança para todas as crianças, que agora podem brincar juntas. Balanços especiais podem ser usados mesmo quando as pernas não conseguem dar impulso; superfícies emborrachadas permitem o deslizamento de cadeiras de rodas e amortecem quedas; atrações no nível do solo facilitam a movimentação das cadeiras de rodas, que contam até com estações. Esses e outros recursos estão cada vez mais disponíveis. O Clemyjontri Park em McLean, Virginia [<http://www.clemypark.com>] é um exemplo. Outros podem ser encontrados em <http://www.boundlessplaygrounds.org>.

Fundação Fairfax County Parks



Superfície de borracha facilita a movimentação das cadeiras de rodas



Fundação Fairfax County Parks

Fundação Fairfax County Parks



Pai ajuda a filha a afivelar o cinto de segurança

Balanço impulsionado com as mãos



Fundação Fairfax County Parks

Um carrossel para todas as crianças

Contratação de Portadores de Deficiência: Bom para as Empresas

Elizabeth Kelleher

As empresas estão aprendendo que contratar pessoas portadoras de deficiência tem impacto positivo nos negócios e que as adaptações necessárias geralmente custam menos do que se imaginava. Elizabeth Kelleher é da equipe de redação do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.

Em 1998, um estudante belga de nome Sacha Klein saiu de Bruxelas para passar um semestre em uma universidade dos EUA. Acabou por matricular-se em um curso de quatro anos, formou-se em ciências da computação e passou um verão estagiando na empresa de consultoria Booz Allen Hamilton, sediada na Virgínia. A gerência gostou tanto dele que lhe ofereceu emprego em período integral. Hoje ele desenvolve sistemas de informação para a Booz Allen, faz mestrado em administração de empresas e sonha em ter seu próprio negócio algum dia.

Sacha Klein é surdo.

"Sem dúvida, esta é a terra das oportunidades", disse Klein em conversa pelo programa Messenger [MSN] de computador. "Os empregadores não olham para as deficiências da pessoa, mas para as qualificações."

Desde a Lei de Reabilitação de 1973, que obrigou os órgãos governamentais a empregar pessoas com deficiência, o Congresso aprovou 11 leis fundamentais para melhorar o acesso à educação, ao transporte, à tecnologia e à moradia. Em 1990, a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) abriu caminho para que pessoas como Klein contribuíssem para a economia do país de formas jamais imaginadas.

A ADA é uma lei de direitos civis que proíbe os empregadores de discriminação. Ela obriga as empresas a fazer adaptações que possibilitem ao portador de deficiência executar o trabalho para o qual é qualificado. Isso pode



Eilaine Thompson/AP Images

Antigamente muitas carreiras técnicas eram inacessíveis aos cegos, mas novos recursos, como esse mapa tátil, permitem aos estudantes com deficiência seguir carreira nas áreas científica, de tecnologia da computação e de engenharia

significar autorização para que um diabético interrompa suas atividades diárias a fim de medir o nível de glicose ou o fornecimento de software especial para que os deficientes visuais possam usar o computador.

Além das adaptações no local de trabalho, a ADA exige que as instalações públicas removam barreiras arquitetônicas que impeçam os portadores de deficiência de fazer compras, ir ao teatro ou utilizar banheiros públicos.

Alguns especialistas acreditam que essa generalização das mudanças arquitetônicas colocou os Estados Unidos à frente dos outros 44 países com leis contra a discriminação de pessoas portadoras de deficiência. Segundo Katherine McCary, vice-presidente da SunTrust Banks Inc. e presidente de um grupo empresarial que promove a

contratação de portadores de deficiência, alguns empresários europeus lhe disseram que querem contratar pessoas com deficiência, mas que elas não têm como chegar ao trabalho. "A ADA nos ajudou muito no que se refere à criação de acesso interno e externo a edifícios", disse McCary.

Recentemente, Roy Grizzard, secretário de Trabalho adjunto, realizou seminários em países da União Européia e no Vietnã sobre soluções arquitetônicas. "As guias rebaixadas [rebaixamentos de calçadas nos cruzamentos de ruas] em quase todos os locais e as adaptações dos meios de transporte... permitem às pessoas irem para o trabalho", disse ele.

Klein considera que a postura também conta. Em suas palavras, se tivesse ficado na Europa, não teria tido a oportunidade de se tornar um profissional de escritório, em vez disso teria sido direcionado para trabalhar como operário.

Ainda que se possa fazer uma imagem cor-de-rosa das empresas americanas acolhendo pessoas com deficiência, no início dos anos 1990 a ADA foi recebida com pânico pela comunidade empresarial, que previa altos custos e ações judiciais fora de controle. Um serviço federal de linha direta que oferece informações sobre adaptações nos locais de trabalho recebia 3 mil chamadas anuais antes da lei; a partir de meados de 1990 passou a fazer 40 mil atendimentos por ano.

O custo das adaptações nos locais de trabalho acabou sendo zero em metade dos casos; na outra metade o custo médio foi de aproximadamente US\$ 500, segundo o Departamento do Trabalho. Os empregadores dizem que os funcionários com deficiência são leais e produtivos, informou Grizzard, assim "esse custo [US\$ 500] é compensado por um bom dia de trabalho bem remunerado realizado por um empregado estável".

Sobre ações judiciais, Peter Susser, advogado do Littler Mendelson, escritório de advocacia especializado em direitos trabalhistas, disse que ainda há muitos litígios, apesar de as decisões judiciais restringirem a definição de portador de deficiência no texto da lei. Desde que a lei entrou em vigor, a Comissão de Oportunidades Iguais de Trabalho, que trata das queixas de discriminação segundo a ADA, tem recebido um fluxo constante de denúncias — em média 16 mil por ano, representando por volta de um quinto de todas as denúncias de discriminação. O governo considerou procedentes 18% das reclamações.

Beth Gaudio, da Federação Nacional de Empresas Independentes, disse que o maior ônus das pequenas empresas ocorre devido às leis estaduais. As leis federais sobre adaptações aplicam-se a empresas com 15 ou mais empregados, mas algumas leis estaduais abrangem empresas com dois. "É cabe ao contador ou ao cônjuge do proprietário descobrir o que deve ser feito", disse Gaudio.

Também se pode argumentar que o cumprimento da lei é bom para os negócios: segundo pesquisa de janeiro de 2006 da Universidade de Massachusetts, 87% dos consumidores dão preferência a empresas que empregam pessoas com deficiência. Além disso, os trabalhadores portadores de deficiência podem ajudar a reduzir a escassez de mão-de-obra. Nos próximos oito anos, 36 milhões de americanos terão condições de se aposentar e deixarão o mercado de trabalho. Relatórios do Bureau do Censo revelam que, em 2000, o desemprego atingia cerca da metade dos 33 milhões de pessoas portadoras de deficiência em idade de trabalho.

"A ADA ... foi um importante começo, mas de maneira alguma é um fim", afirmou Tom Ridge, presidente do conselho da Organização Nacional sobre Deficiência e ex-governador da Pensilvânia. As empresas têm políticas para o cumprimento da ADA, mas precisam aumentar o recrutamento, acredita a organização de Ridge.

Com um programa de premiação anual, o Departamento do Trabalho incentiva as empresas receptivas à contratação de portadores de deficiência, e a revista DiversityInc publicou recentemente sua primeira lista das "10 melhores empresas para pessoas com deficiência".

Cinco mil empresas criaram unidades da Rede de Liderança Empresarial dos EUA em 32 estados para incentivar a contratação de pessoas com deficiência. Por meio dessa rede, o programa de estágios da Booz Allen, que atraiu Sacha Klein, expandiu-se em 2003 para incluir dezenas de outras empresas e em 2006 para fazer colocações em estágios além de Washington e Nova York.

O Hospital Infantil de Cincinnati decidiu recentemente imitar o programa de estágios de um ano oferecido pelos bancos SunTrust a estudantes com deficiência de desenvolvimento. Em outubro de 2006, executivos da rede nacional de drogarias da CVS Corporation reuniram-se com Ray Grizzard do Departamento do Trabalho para discutir planos de inclusão de pessoas portadoras de deficiência em postos de trabalho na área farmacêutica. A Fundação Marriott para Pessoas com Deficiência, criada pelo fundador da Marriott Internacional, uma operadora/franqueadora de hotéis, estabeleceu parcerias com várias empresas para treinar e empregar pessoas portadoras de deficiência que tenham concluído o ensino médio.

As pequenas empresas também estão progredindo nesse aspecto. Sete dos 20 empregados da empresa A&F Wood Products, no Michigan, são portadores de deficiência. A empresa reformou as áreas de trabalho, forneceu treinamento para capacitação profissional e programas de software especiais, readaptou telefones e ajustou os horários de trabalho.

As empresas que contratam trabalhadores portadores de deficiência fazem adequações por razões comerciais. Elas dizem que ganham empregados valiosos que, muitas vezes, por causa de suas deficiências, são qualificados para planejamento antecipado ou comunicação criativa.

Klein disse ter aprendido muito na Booz Allen sobre trabalho em grupo e comunicação. Mas desde o início, compartilhou dicas de comunicação com os colegas. Pediu-lhes para que quando se dirigissem a ele durante as reuniões, falassem um de cada vez e olhassem para ele, não para seu intérprete de sinais. "Eles aprendem rápido quando você lhes ensina um pouco mais", disse ele. ■

Como uma Empresa Lida com a Deficiência

Da contratação ao treinamento de funcionários no desenvolvimento de produtos, a Microsoft é líder no atendimento a pessoas portadoras de deficiência

A tecnologia mudou a vida de todos nós, mas talvez seu maior impacto tenha sido sobre as pessoas portadoras de deficiência, ao lhes propiciar novos universos de comunicação, acesso, trabalho e educação. Com a estimativa atual de mais de 54 milhões de pessoas nos Estados Unidos com algum tipo de deficiência, essa população, seus cuidadores e familiares representam um mercado extremamente atraente. A Microsoft sabe que para entender esse grupo, descobrir quais são as suas necessidades e como atendê-las, a empresa pode se beneficiar das idéias de seus funcionários portadores de deficiência.

Ao pesquisar a enciclopédia Microsoft Encarta e procurar pelo discurso de Martin Luther King Jr. "Eu Tive um Sonho", é possível ouvi-lo discursando. Mas pode-se também ler o texto na parte inferior da tela. Esse complemento, único para esse tipo de produto, faz com que a Encarta tenha mais utilidade para muitos consumidores atuais e potenciais. Incluir legendas na Encarta foi sugestão de um funcionário da Microsoft com deficiência auditiva. Esse é apenas um exemplo de como os funcionários portadores de deficiência podem contribuir para o desenvolvimento e a comercialização de produtos.

A Microsoft desenvolveu uma estratégia multifacetada para atrair e manter funcionários qualificados, inclusive os portadores de deficiência, e ajudá-los a criar produtos e serviços para pessoas com todos os tipos de habilidades. Todos os anos, a empresa participa do Dia Nacional de Orientação ao Portador de Deficiência, para ajudar a incluir estudantes com deficiência no mundo do trabalho, e incentiva a participação de seus funcionários com necessidades especiais. Os estudantes portadores de deficiência em geral têm menos oportunidades de fazer estágio em um local de trabalho, de conversar com profissionais das áreas nas quais têm interesse e menos chances ainda de ver pessoas com o mesmo tipo de deficiência fazer sucesso na carreira escolhida. O programa de orientação preenche essa necessidade e, ao mesmo tempo, é um elemento importante do atendimento social da empresa a esse grupo de funcionários. Como a maioria das empresas, a Microsoft tem um programa de recrutamento para atrair indivíduos talentosos, inclusive portadores de deficiência. Mas os recrutadores às vezes têm preocupações quanto à forma de abordar esses estudantes, sobre como se comunicar com eles e como garantir que a equipe encarregada das entrevistas subsequentes esteja preparada para avaliar as qualificações dos candidatos. A Microsoft desenvolveu um treinamento para seus recrutadores, a fim de

amenizar esse processo. Mas seus esforços não pararam por aí.

Segundo Mylene Padolina, consultora sênior da Microsoft sobre diversidade, a empresa também procura garantir que o local de trabalho esteja totalmente adaptado para receber os novos funcionários. Ela entrevista os recém-contratados para saber de que tipos de equipamentos e acomodações eles necessitam para realizar seu trabalho. Os grupos ou equipes com os quais trabalharão recebem informações sobre as necessidades dos novos empregados portadores de deficiência. A empresa tem um plano em vigor cujo objetivo é facilitar a acomodação desses novos funcionários no ambiente de trabalho. Segundo Padolina, isso permite que eles atinjam rapidamente o máximo de produtividade possível e contribui para que os membros da equipe se concentrem nas tarefas do escritório, e não em perguntas sobre a deficiência.

A adaptação pode incluir móveis especiais ou programas de computador e hardwares específicos, como leitores de telas para cegos, que convertem o material da tela em voz ou em Braille. A empresa está desenvolvendo projetos para que as reuniões sejam confortáveis e produtivas e para garantir que todos participem, até mesmo nos eventos mais sociais de formação de equipes. Por exemplo, quando um funcionário cego faz parte de uma equipe, seus colegas são treinados a guiá-lo de vez em quando e ajudá-lo a se movimentar pelo ambiente. As equipes que contam com um funcionário surdo recebem treinamento em linguagem americana de sinais.

A Microsoft desenvolveu um método coordenado para recrutar e empregar pessoas com deficiência; mas não fez isso sozinha, tampouco tem todas as respostas. Há mais de 15 anos, a Microsoft trabalha em parceria com o Conselho Nacional sobre Empresas e Deficiência para criar o Consórcio de Capacitação para o Trabalho e é membro da associação Oportunidades de Carreira para Estudantes Portadores de Deficiência (COSD). Padolina explica que essa rede lhe dá recursos para aconselhamento quando ela tem de enfrentar um novo problema e permite a todos os participantes aprender com as experiências dos colegas.

A Microsoft recebeu diversos prêmios por seus esforços, entre eles o Prêmio Iniciativa Nova Liberdade do Departamento do Trabalho dos EUA, em 2004. Ao apresentar o prêmio, a secretária do Trabalho dos EUA, Elaine Chao, observou que a empresa oferece oportunidades de trabalho excepcionais para portadores de deficiência. O prêmio também fez referência a muitas das realizações aqui relacionadas. Para saber mais, acesse o vídeo de 15 minutos da Microsoft, "Janela de Oportunidades", no site <http://www.microsoft.com/about/corporatecitizenship/citizenship/diversity/inside/access.asp>. ■

Índios Americanos e Deficiência: Programa da AIDTAC de Montana

Julie Clay e Gail Greymorning

Julie Clay é diretora e Gail Greymorning é assistente executiva do Centro de Assistência Técnica ao Índio Americano com Deficiência (AIDTAC) do Instituto Rural da Universidade de Montana. Nos últimos cinco anos, a AIDTAC, cujo principal financiador é o Departamento de Educação, apoiou os índios americanos e os nativos do Alasca em seus esforços para melhorar as oportunidades de emprego e os efeitos da reabilitação vocacional em todo o território americano.

O Bureau do Censo dos Estados Unidos estima que existam no país 4,4 milhões de índios americanos e nativos do Alasca. (Essa cifra inclui mistura com outras raças.) Os maiores contingentes encontram-se na Califórnia, Oklahoma, Arizona e Alasca. Os nativos americanos falam mais de 250 línguas, e existem 561 governos tribais reconhecidos pelo governo federal dos Estados Unidos. Alguns vivem em reservas rurais ou remotas, em aldeias e povoados ou em estâncias e terras de reserva tribal.

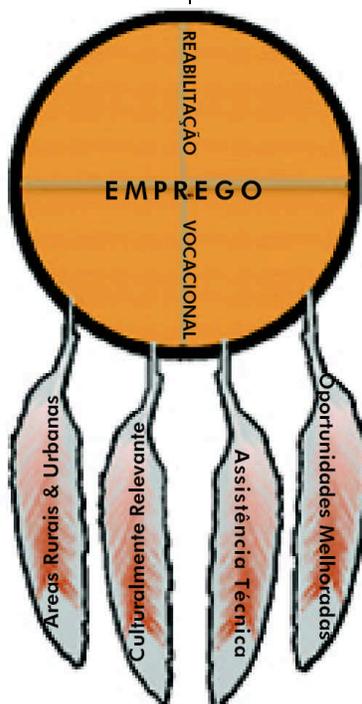
O Conselho Nacional sobre Deficiência relata que os tipos de deficiência encontrados na população em geral são também encontrados nas populações de indígenas americanos e de nativos do Alasca. Algumas deficiências, como as relacionadas com o diabetes e com o abuso de drogas e de álcool, são mais comuns entre os nativos americanos e, portanto, a porcentagem geral de deficiência é mais elevada nesses grupos. Entre os nativos americanos em idade de trabalho (16-64 anos), a porcentagem de deficiência é de 27%, em contraposição aos 18% da população em geral; entre os de 65 anos ou mais, é de 57,6%, ante 41%.¹

DEFICIÊNCIA NA CULTURA DOS NATIVOS AMERICANOS

O conceito de deficiência adquire novo significado quando se considera que na maioria das línguas tribais não

existem termos nem para incapacidade nem para deficiência. Deficiência é uma idéia familiar à cultura ocidental, sem paralelo direto na cultura do índio americano. O índio americano praticamente não dá importância às características físicas, mas encara a deficiência como desarmonia de espírito. (Além disso, as culturas e as crenças tradicionais das diversas tribos variam de forma significativa, cada uma com um conjunto ímpar de histórias sobre criação, doutrinas religiosas e tabus sagrados.)

Julie Clay, membro da tribo Omaha, é portadora de deficiência e diretora do Centro de Assistência Técnica ao Índio Americano com Deficiência (AIDTAC) do Instituto Rural da Universidade de Montana. Segundo ela, "o conceito de mal-estar é descrito como desarmonia de corpo, mente e espírito. Se uma dessas áreas estiver em desarmonia, então todo o ser é afetado. O fato de uma pessoa ter uma deficiência física ou mental, porém, não significa que ela esteja em desarmonia ou em estado de mal-estar. Mas se houver desarmonia no ambiente ao seu redor ou nas suas reações a certos acontecimentos, então existirá um estado de mal-estar". Na verdade, embora muitos indígenas americanos tenham assimilado a cultura dominante, muitos deles ainda se agarram aos velhos hábitos e tradições. Essa "vida em dois mundos" é bastante problemática; enfrentar uma deficiência acrescenta um "terceiro mundo" de dificuldades.



Cortesia: Julie Clay, AIDTAC

COMPREENDENDO AS COMUNIDADES TRIBAIS

O Conselho Nacional sobre Deficiência reconhece que atender às necessidades dos portadores de deficiência que vivem em terras tribais exige uma compreensão das diversas culturas e da história do índio americano e do nativo do Alasca, bem como uma análise do ambiente legal e socioeconômico ímpar das comunidades tribais. Trocar idéias com líderes tribais e os membros da tribo portadores de deficiência é crucial para compreender a profundidade e

RESPEITO AOS DIREITOS DE TODOS

as complexidades dessas culturas e o conceito de deficiência nas comunidades dos nativos americanos.

Julie Clay observa que as restrições econômicas, legislativas, políticas, sociais, históricas e culturais impostas a pessoas que vivem dentro dos limites das reservas tumultua a vida deles. Para a maioria dos que vivem em terras tribais, os recursos e as oportunidades são escassos. Devido às precárias condições de vida e às barreiras existentes em algumas das reservas, há poucas oportunidades para as pessoas atingirem suas metas de vida.

Nos últimos cinco anos, a AIDTAC funcionou como centro nacional de assistência técnica. Entre os grupos que se beneficiaram de seus serviços estão índios americanos e nativos do Alaska portadores de deficiência, suas famílias, governos tribais, órgãos tribais e estaduais de reabilitação vocacional, empregadores e seus representantes, centros indígenas urbanos e outros. Em conjunto com outros programas do Instituto Rural, a AIDTAC trata de questões de emprego, transporte, saúde, vida independente e educação. Com financiamento da Administração da Previdência Social e da Administração dos Serviços de

Reabilitação do Departamento de Educação, a AIDTAC fornece treinamento e assistência técnica para melhorar as oportunidades de emprego e os efeitos da reabilitação vocacional para os nativos americanos portadores de deficiência. ■

¹ *Dados do Departamento de Saúde e Serviço Social de 2005 relativos à população em geral obtidos do informativo "O que é deficiência? Quem é afetado por deficiência?" encontrado em <http://www.surgeongeneral.gov/library/disabilities/calltoaction/factsheetwhotwho.html>*

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

II. OS AVANÇOS CONTINUAM



© AP Images/AI GrilloSinger

Veterano da Guarda Costeira e atleta cadeirante campeão ajuda garoto de oito anos em manobra durante os Jogos para Cadeirantes em Anchorage, Alaska



Sign Language Associates,
Cultural Access Program

Gwen Stefani está no palco (ao fundo), mas esta intérprete ajuda a plateia a entender as palavras e a música. Graças ao trabalho dos intérpretes com a linguagem americana de sinais, movimentos e expressões faciais, os fãs com deficiência auditiva podem apreciar o concerto

Acompanhamento das Notícias Sobre Avanços na Medicina

Nos Estados Unidos e em todo o mundo, pesquisadores buscam avanços nos tratamentos médicos e terapêuticos de várias deficiências. O noticiário médico é publicado na mídia em geral, mas principalmente nas várias mídias especializadas. Esses veículos incluem revistas científicas e profissionais, além de sites e publicações de universidades, organizações não-governamentais, agências do governo que lidam com questões de saúde e deficiência e fundações que contribuem para o financiamento dos trabalhos e pesquisas. Muitas das organizações — e, portanto, seus periódicos e sites — concentram-se em uma área específica de pesquisa médica. Só nos Estados Unidos, há centenas, se não milhares, desses sites.

Uma fonte excelente é o site do Centro Waisman da Universidade de Wisconsin. O centro é especializado em pesquisa, capacitação, serviços e assistência social voltados para a ampliação dos conhecimentos sobre o desenvolvimento humano, deficiências do desenvolvimento e doenças neurodegenerativas. A home page do centro encontra-se em <http://www.waisman.wisc.edu> e exibe notícias e informações importantes. Um dia em outubro de 2006, por exemplo, a página apresentava informações sobre a pesquisa de uma doença rara que afeta o povo hmong, um relatório sobre os benefícios da meditação para o cérebro e uma pesquisa sobre a formação da memória humana. Outras seções da página tratam do centro de pesquisa, pesquisa de células-tronco, laboratório de imagens cerebrais e uma unidade de biomanufatura.

A seleção de "The Family Village" na página leva o visitante a "A Global Community of Disability-Related Resources" [Comunidade global de recursos relacionados com deficiência]. Em seguida, um clique em "Research" leva a pesquisas médicas, pesquisas sobre deficiência, educação especial, reabilitação, estatísticas e serviços e apoio à comunidade. Selecionando-se "Medical" obtém-se outra extensa lista de opções. O site inclui um dicionário de termos médicos, ferramentas de busca de publicações médicas e revistas on-line, além de muitos outros recursos. ■

Iniciativa Nova Liberdade

Anunciada pelo presidente George W. Bush em 1º de fevereiro de 2001, a Iniciativa Nova Liberdade (NFI) integra o esforço nacional para eliminar as barreiras à vida em comunidade para mais de 54 milhões de americanos com deficiência, algo em torno de 20% da população. Quase a metade dessas pessoas é portadora de deficiência grave que as impede de ver, ouvir, andar ou desempenhar outras funções vitais básicas. Além disso, há mais de 25 milhões de cuidadores nas famílias e outros milhões de pessoas prestam assistência aos portadores de deficiência.

A NFI foi promulgada para eliminar as injustiças que persistiam mais de uma década após a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) ter criminalizado a discriminação contra pessoas portadoras de deficiência. Por exemplo, quando comparados com seus

compatriotas normais, os americanos com deficiência geralmente têm menos escolaridade, são mais pobres e freqüentemente não têm emprego, têm menos possibilidade de possuir casa própria, votar, possuir computador e ter acesso à internet.

A Iniciativa Nova Liberdade é um plano abrangente que representa um passo importante no esforço para garantir que todos os americanos tenham oportunidade de aprender e desenvolver habilidades, assumir trabalho produtivo, decidir sobre seu cotidiano e participar plenamente da vida em comunidade. Os objetivos da NFI são:

- aumentar o acesso a tecnologias assistivas;
- ampliar as oportunidades educacionais;
- promover a aquisição da casa própria;
- integrar pessoas com deficiência à força de trabalho;
- ampliar as opções de transporte;
- promover pleno acesso à vida na comunidade e mais acesso à assistência médica.

Segue-se explicação mais detalhada de alguns desses objetivos e realizações do programa até 2004 (extraídas do relatório de 2004 sobre o progresso da iniciativa).

Aumentar o acesso por meio da tecnologia. Tecnologia assistiva e projetada para uso universal (produtos e ambientes que podem ser usados por todas as pessoas sem necessidade de adaptação ou projeto especial) oferece aos portadores de deficiência mais acesso do que nunca à educação, ao emprego e à vida em comunidade. As realizações específicas incluem:

- garantia de financiamento para promover o desenvolvimento da tecnologia assistiva e de uso universal e para programas de financiamento alternativos, como empréstimos de longo prazo a juros baixos para disponibilizar tecnologia a mais pessoas com deficiência;
- criação de grupo de trabalho de agências federais para criar estratégias para ampliar o acesso aos dispositivos móveis de tecnologia assistiva (isto é, cadeiras de rodas e motonetas);
- criação do DisabilityInfo.gov, portal na internet para fornecer informações sobre o conjunto de programas do governo federal voltados para os portadores de deficiência.



Moça aprende a usar equipamento para classificar caixas. A cadeia de drogarias Walgreens criou este centro de capacitação na Carolina do Sul para treinar 200 funcionários com deficiência a partir do início de 2007

© AP Images / Independent-Mail, Ken Ruinard



“Você faz assim.” Lennette ajuda seu amigo Noah a aprender a linguagem de sinais em aula para pré-escolares surdos



Alunos com necessidades especiais interagem com seu musicoterapeuta

Ampliar as oportunidades educacionais para jovens com deficiência. Educação de qualidade é fundamental para garantir que os portadores de deficiência possam trabalhar e participar plenamente de sua comunidade. As realizações específicas incluem:

- garantia de mais financiamento anual para programa estadual de implementação da Lei da Educação para Portadores de Deficiência;
- criação da Comissão de Valorização da Educação Especial, ligada à Presidência, que divulgou relatório em julho de 2002 enfatizando, entre outras coisas, a importância da responsabilidade pelo desempenho escolar dos estudantes com deficiência conforme a lei *No Child Left Behind* (Nenhuma Criança Fora da Escola).

Promover a aquisição da casa própria. As seguintes medidas foram tomadas para facilitar a aquisição da casa própria por pessoas portadoras de deficiência:

- Durante o ano fiscal de 2003, o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano capacitou mais de 1.500 profissionais da área de habitação conforme dispositivos de sua iniciativa *Fair Housing Accessibility FIRST* [Iniciativa FIRST de Direito à Moradia e Acessibilidade], que ajuda arquitetos e incorporadores a projetar e construir apartamentos e condomínios com a acessibilidade exigida por lei.
- O Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano tem financiado projetos que possibilitam às pessoas idosas ou com deficiência permanecer em suas casas e viver de maneira autônoma em sua comunidade.
- O Departamento de Justiça tem aplicado com rigor a Lei de Direito à Moradia, acionando incorporadores, arquitetos e engenheiros civis que projetam moradias multifamiliares sem acessibilidade e resolvendo outros casos por meio de determinações judiciais deferidas.

Integrar americanos com deficiência à força de trabalho. Mais de uma década após a aprovação da ADA, a taxa de desemprego de pessoas com graves deficiências ainda continua alta. Para incluir mais pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o presidente:

- garantiu US\$ 20 milhões para um fundo que ajuda pessoas com deficiência a adquirir a tecnologia necessária para teletrabalho (fazer o trabalho em casa);
- apoiou a proposta que isenta do imposto de renda do funcionário o valor de computadores, software e outros equipamentos para teletrabalho;
- garantiu a implementação do programa *Ticket to Work* [Ingresso para o trabalho], que modernizou o sistema dos serviços de colocação em emprego para portadores de deficiência.

OS AVANÇOS CONTINUAM

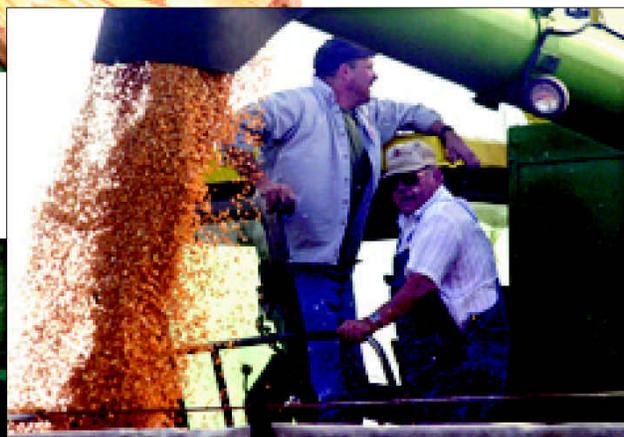
Promover pleno acesso à vida na comunidade. Uma decisão de 1999 da Suprema Corte determinou que, sempre que possível, as pessoas com deficiência devem receber atendimento em sua comunidade, e não em instituições. Para que a promessa de plena integração à comunidade se concretize, as pessoas portadoras de deficiência precisam de moradia segura e barata, acesso ao transporte, acesso ao processo político e o direito de usufruir de todo e qualquer serviço, programa ou atividade disponível aos membros da comunidade em equipamentos públicos e privados. O presidente tomou as seguintes medidas para promover plena integração das pessoas com deficiência à comunidade:

- emitiu ato do executivo exigindo rápida implementação da decisão da Suprema Corte, que resultou em relatório de identificação das barreiras à integração plena nos programas do governo federal e mais de 400 soluções para remoção dessas barreiras;
- criou a Comissão Nova Liberdade sobre Saúde Mental, que emitiu relatório recomendando formas de aperfeiçoamento do sistema de assistência em saúde mental do país;
- garantiu US\$ 15 milhões sob a Lei para Auxiliar os Norte-Americanos a Votar, para melhorar o acesso das pessoas com deficiência ao voto. ■



© AP Images/Steve Gates

Futuros proprietários trabalham com voluntários no projeto *Habitat for Humanity*. Aqui, Chris Wright junta-se aos voluntários para construir sua casa em Birmingham, no Alabama. O modelo *Ability House* foi especialmente projetado para ser livre de obstáculos para cadeiras de rodas.



© AP Images/Nati Harnik

Graças ao quadril artificial criado pela nova tecnologia, este agricultor pôde voltar a trabalhar.



© AP Images/Daily Press, Heather S. Hughes

Um cão ajuda esta mulher com dificuldade de locomoção a fazer compras sem assistência. Empresas e instituições públicas agora têm políticas que reconhecem o papel legítimo e importante desses animais.

Disseminação de Informações: *DisabilityInfo.gov*

Um desdobramento importante da promulgação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA) e das iniciativas e programas resultantes foi o esforço conjunto de vários órgãos do governo para manter o público informado e, em especial, usar a internet para tornar as informações mais rápidas, baratas e de fácil acesso. Para dar respaldo às metas da Iniciativa Nova Liberdade, o presidente George W. Bush determinou a criação do site *DisabilityInfo.gov*, com o propósito de fornecer às pessoas portadoras de deficiência as informações e os recursos necessários para buscar a realização pessoal e profissional — conforme o princípio americano de igualdade de oportunidades para todos. Esse site já foi premiado e oferece opções nas áreas de emprego, educação, habitação, transporte, saúde, benefícios, tecnologia, vida comunitária e direitos civis. As opções do menu levam a inúmeros sites e links de cada área de interesse. Quer saber como adaptar um carro para uma pessoa portadora de deficiência? Esse site leva a informação até você. Tem uma empresa e quer saber como aplicar as normas da ADA? Esse site tem as respostas. Deseja conhecer as normas que asseguram direito à moradia e como se aplicam a locatários e locadores? Esse site fornecerá as informações. ■



Apoio na Busca por Emprego



Luis Figueroa, fotografado aqui em 2004 jogando beisebol no time de 2ª divisão Nashville Sounds, sonhava em chegar à 1ª divisão. Hoje ele joga na segunda base/interbase do Toronto Blue Jays de Ontário, Canadá. Figueroa é surdo desde os seis anos de idade

© AP Images / The Tennessean, Sanford Myers

O presidente Bush proclamou o mês de outubro o Mês de Conscientização Nacional sobre a Empregabilidade da Pessoa com Deficiência. Observando as contribuições dos trabalhadores americanos portadores de deficiência à economia nacional, entre outras áreas, o presidente conclamou autoridades do governo, líderes sindicais, empregadores e o povo a comemorar o mês de outubro com programas, cerimônias e atividades. Ao mesmo tempo em que se comemora o emprego de alguns, é importante também refletir sobre as barreiras ao emprego e os recursos para enfrentá-las. Como mostra a página do portal de emprego do *DisabilityInfo.gov*, site de apoio da Iniciativa Nova Liberdade, “O emprego é o motor econômico de nossa nação, de nossas comunidades e de nossas famílias. Para pessoas portadoras de deficiência, o emprego proporciona mais independência e uma vida mais produtiva e plena.” Esse grupo tradicionalmente apresenta taxa de emprego inferior à do resto da população, de modo que para lidar com essa defasagem foram criados vários

OS AVANÇOS CONTINUAM



© AP Images / Rogelio Solis

Alunos de linguagem de sinais precisam de treinamento especial em palavras com múltiplos sentidos. Saber como a linguagem falada difere da escrita ajuda os alunos a se preparar para testes padronizados

tipos de apoio para ajudar na busca por emprego. Alguns deles são privados, outros são oferecidos pelas várias esferas de governo. Seguem-se dois exemplos dos tipos de apoio disponíveis.

O site de emprego do *DisabilityInfo.gov*, <http://www.disabilityinfo.gov/digov-public/public/DisplayPage.do?parentFolderId=9>, cobre uma vasta gama de temas relacionados à empregabilidade de pessoas portadoras de deficiência, incluindo orientações e apoio aos que procuram emprego; assistência aos possíveis empregadores; informações sobre direitos dos empregados, leis e normas trabalhistas; apoio aos programas de emprego; e informações sobre adaptação do local de trabalho para pessoas com deficiência. As rubricas incluem Recursos para o Empregador, Contratos com o Governo Federal, Empregos no Governo Federal, Recursos para Empregados e Desempregados, Capacitação Profissional, Trabalho Autônomo e

Empreendedorismo, Reabilitação Vocacional, Trabalho no Exterior e Jovens. Cada um desses sites inclui lista específica de recursos.

Criado especificamente para ajudar jovens com deficiência a encontrar trabalho, o Coletivo Nacional de Apoio ao Trabalho do Jovem com Deficiência, fundado com verba administrada pelo Escritório de Políticas de Emprego para Pessoas com Deficiência (ODEP) do Departamento do Trabalho, oferece uma gama de recursos e publicações, uma lista atualizada de eventos de interesse, links para recursos na internet, FAQs (Perguntas Frequentes), Pergunte ao Especialista e Pro-Bank, banco de dados on-line de programas e práticas do sistema de desenvolvimento de força de trabalho voltados para as necessidades dos jovens portadores de deficiência. A URL é <http://www.ncwd-youth.info/>. ■

Saúde e Bem-estar: Autoridade Máxima de Saúde Pública dos EUA Apela à Nação

Em 2005, no 15º aniversário da promulgação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência, a autoridade máxima de saúde pública dos EUA, Surgeon General Richard H. Carmona, divulgou uma Convocação pela Melhoria da Saúde e do Bem-Estar de Pessoas com Deficiência. O Surgeon General disse, "A convocação é um chamado à solidariedade ... A realidade é que durante muito tempo nos preocupamos pouco com as pessoas portadoras de deficiência ... Precisamos dobrar nossos esforços para que os portadores de deficiência tenham pleno acesso aos serviços de prevenção de doenças e de promoção da saúde."

Define-se como deficiência certas características do corpo, mente ou sentidos que, em menor ou maior grau, afetam a capacidade de uma pessoa de participar de maneira autônoma de algumas ou de todas as atividades da vida cotidiana. Compreender que deficiência não é incapacidade nem doença torna-se ainda mais importante quando se sabe que quase todo mundo terá pelo menos uma em algum momento da vida. A incidência de deficiência aumenta com a idade. Aos 80, quase 75% das pessoas têm alguma deficiência.

Criada em parceria com o setor de deficiência do Departamento de Saúde e Serviço Social (HHS), a convocação identifica quatro objetivos para ajudar os portadores de deficiência a levar uma vida gratificante e saudável como pessoas que contribuem para sua comunidade:

- aumentar a conscientização da população do país de que pessoas com deficiência podem levar uma vida longa, saudável e produtiva;
- aumentar o conhecimento dos profissionais de saúde e dotá-los de ferramentas para exame, diagnóstico e tratamento dignos da pessoa com deficiência;
- aumentar a conscientização dos portadores de deficiência sobre o que podem fazer para criar e manter um estilo de vida saudável;
- aumentar o acesso aos serviços de saúde e de apoio para promover a autonomia das pessoas com deficiência.

Segundo Margaret J. Giannini, diretora do setor de deficiência do HHS e médica com mais de 50 anos de experiência nessa área, é importante começar a levar em conta as aptidões dos portadores de deficiência. Eles "são capazes de aprender, casar, ter família, religião, votar, trabalhar e ter vida longa e produtiva. Precisamos garantir que sejam tratados como membros ativos de nossa sociedade".

Desde a convocação, em 2005, várias medidas elaboradas para a consecução desses objetivos foram identificadas em processo inclusivo de planejamento com participação de diversos grupos de trabalho, e tais medidas estão sendo implementadas. Por exemplo, para o primeiro objetivo, aumentar a conscientização da população, uma ação foi a criação de People's Piece, publicação redigida em linguagem simples (nível de sexta série) que explica e dá exemplos das principais mensagens da convocação, como a idéia de que a eliminação de barreiras ao acesso ao tratamento pode prevenir o surgimento de problemas secundários ou complicações. Um segundo conjunto de ações envolve o trabalho com profissionais da saúde, inclusive em cursos de capacitação e escolas de medicina, para que os novos profissionais tomem conhecimento, logo no início



© AP Images/Charlie Riedel

Lee Jones trabalha com pesos em aula de ginástica para pessoas com deficiência em centro comunitário de Mission, Kansas. Jones, que é portador da síndrome de Down, espera que os alunos ajudem outras pessoas com deficiência a se manter em forma

de suas carreiras, dos problemas e tratamentos relacionados com a deficiência. A People's Piece e outras informações estão disponíveis em <http://www.hhs.gov/od> e www.hhs.gov/od/programs. O site <http://www.surgeongeneral.gov/library/disabilities/> contém links para depoimentos, comunicados à imprensa e informativos, alguns deles com estatísticas relativas a esse programa.

O secretário de Saúde e Serviço Social, Mike Leavitt, declarou, ao anunciar o programa, que "a finalidade da convocação é lembrar que as pessoas com deficiência são membros importantes de nossa sociedade e que incluí-las em todos os aspectos da vida americana não apenas é exigido pelas leis nacionais, mas também pela consciência de nossa nação". ■

Educação de Crianças Portadoras de Deficiência

De problemas de comunicação e mobilidade a dificuldades cognitivas e emocionais, uma ampla variedade de deficiências aflige do mesmo modo crianças e adultos. A expectativa é de que as escolas públicas americanas atendam às necessidades de todas as crianças e as ajude a atingir seu potencial máximo. Programas que ajudam professores e pais a lidar com crianças com necessidades especiais existem já há muito tempo, mas têm-se ampliado nos últimos 30 anos.

Em 1975, o presidente Gerald Ford promulgou legislação que deu origem à Lei sobre a Educação de Indivíduos com Deficiência (Idea). A lei garante às crianças portadoras de deficiência acesso à educação pública gratuita e adequada. Antes da Idea, apenas cerca de 20% dessas crianças freqüentavam a escola. Até 2003, o número de alunos portadores de deficiência que completaram o ensino médio aumentou 17% e seu ingresso no ensino superior mais que dobrou.

Embora a Idea garantisse educação para todas as crianças, a lei não abordava o aproveitamento escolar, o que algumas vezes levou ao que o presidente George W. Bush chamou de “sutil preconceito embutido nas baixas expectativas”. A lei *No Child Left Behind (NCLB)* [Nenhuma Criança Fora da Escola] do seu governo foi concebida de forma a permitir que, até 2004, todas as crianças americanas estivessem lendo e usando a matemática de acordo com o seu nível escolar, porém ela não incluía um plano para ajudar os alunos portadores de deficiência a alcançar essa meta. O Escritório de Educação Especial e Serviços de Reabilitação do Departamento de Educação trabalhou em parceria com sistemas escolares de todo o país a fim de começar a corrigir essa falha. A escola distrital Tigard-Tualatin, no estado do Oregon, e as escolas públicas de Mineápolis, em Minnesota, por exemplo, participaram de programas piloto que enfatizavam o aproveitamento escolar, a intervenção precoce e outros aperfeiçoamentos.

Em 2006, o Departamento de Educação divulgou novas diretrizes para a Idea, acrescentando expectativas de aproveitamento escolar para as crianças com necessidades especiais e fornecendo um Conjunto de Ferramentas para Ensino e Avaliação de Estudantes Portadores de Deficiência como apoio às escolas distritais, aos educadores e aos pais na implementação das novas medidas de responsabilidade. Os principais elementos das novas diretrizes incluem: flexibilidade no gasto de recursos para auxiliar as escolas a identificar precocemente e com precisão os estudantes com necessidades especiais e fornecer-lhes o apoio necessário; exigência de que os professores dessas crianças sejam altamente qualificados, não apenas em ensino especializado, mas também nas matérias acadêmicas que lecionam; simplificação das tarefas escolares feitas em papel; e estímulo para a participação dos pais na educação de seus filhos.

No verão de 2006, a secretária de Educação dos EUA, Margaret Spellings, elogiou as novas diretrizes, dizendo que “as leis *No Child Left Behind* e Educação de Indivíduos com Deficiência” deram destaque às necessidades dos alunos portadores de deficiência. Agora direcionamos mais o foco para essas crianças”. ■



Professor ajuda criança com deficiência motora a juntar-se aos colegas durante o recreio

© AP Images/The Florida Times-Union, Stuart Tennaehill



© AP Images/Hobbs News-Sun, Michelle A. Fox

A linguagem de sinais é usada em várias escolas, não apenas nas especiais, para portadores de deficiência auditiva

Educação para Conscientização Sobre Deficiência

O compromisso de ajudar todas as pessoas com deficiência a avançar o máximo possível e a participar de maneira plena em todos os aspectos da sociedade americana inclui claramente atribuições para essas crianças e para professores, terapeutas e outros profissionais que com elas trabalham. Porém, é também atribuída a todos os outros cidadãos a responsabilidade de informar-se sobre as deficiências e as formas de apoio aos portadores.

Desde a promulgação da Lei sobre a Educação de Indivíduos com Deficiência (Idea), as escolas têm usado cada vez mais programas que permitem a participação de crianças portadoras de deficiência em salas de aula regulares o dia todo ou na maior parte do dia. Crianças com ou sem deficiência trabalham e brincam juntas, estabelecendo relações de amizade que enriquecem ambas as partes. Os educadores, entretanto, descobriram que, embora as crianças estejam abertas a outras, existem coisas que os adultos podem fazer para ajudá-las a desenvolver o conforto, o entendimento e o respeito que tornam possíveis essas relações.

Vários grupos desenvolveram materiais didáticos de apoio aos professores e às pessoas que trabalham com jovens para o preparo de aulas que ajudem as crianças a entender os desafios e as perspectivas dos portadores de deficiência. *Uma lista de recursos que descreve esses programas e fornece informações para contato está disponível no site* <http://www.nichcy.org/pubs/bibliog/bib13txt.htm>.

Os programas abrangem desde grupos, como o *Kids on the Block*, que usa marionetes quase em tamanho natural e outros materiais para estimular a conscientização sobre as deficiências e mostra as diferenças médicas e educacionais e as preocupações sociais, até o *New Friends Curriculum* (Currículo Novos Amigos), que usa bonecos para criar situações que promovem o diálogo entre as crianças. Em programas interativos, as crianças sem deficiência usam vendas e outras ferramentas para sentir como seria se lhes faltasse alguma habilidade. Tentar amarrar os sapatos com uma meia cobrindo as mãos para reduzir a funcionalidade dos dedos ou tentar comer com venda nos olhos ajuda as crianças a se identificar com seus colegas de classe portadores de deficiência. Experimentar a sensação de andar com vendas nos olhos ajuda a entender melhor como auxiliar um colega de classe ou um amigo. Visite o site do *Kids on the Block* em <http://www.kotb.com>.

Escolas e organizações de jovens dos EUA incorporaram esse tipo de aula porque a maioria dos americanos acredita que compreender os desafios dos demais e saber como ajudá-los da forma mais adequada fazem parte da boa cidadania, como qualquer lição social ou cívica oferecida. E isso não é bom apenas para as crianças. Organizações empresariais e de outros setores possuem programas para ajudar seus empregados a entender melhor como trabalhar com colegas ou clientes portadores de deficiência. ■



Crianças divertem-se em show de marionetes do *Kids on the Block*. Os personagens das marionetes (da esquerda para a direita) são Renaldo, que gosta de esportes e jogos e usa uma bengala, porque é deficiente visual; Mark, que é portador de paralisia cerebral e usa uma cadeira de rodas; e sua amiga Melody. Cada um dos 30 marionetes do *Kids on the Block* tem uma história que permite que as peças tenham temas importantes, algumas vezes difíceis de abordar em apresentações para jovens

The Kids on the Block, Inc., em Columbia, Maryland

Prontidão para Desastres: Atendimento das Necessidades de Pessoas com Deficiência

No decorrer do tempo, surgiram novas implicações e aplicações da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência. A lei trata da não-discriminação no que se refere a instalações e serviços públicos, mas não menciona especificamente desastres naturais ou outras situações de emergência. Entretanto, as conseqüências dessas situações tornaram-se evidentes, principalmente à medida que passou a ser dada maior importância à prontidão emergencial após o 11 de setembro de 2001, os ataques terroristas e os vários desastres naturais. O Departamento de Segurança Interna (DHS) e o Conselho Nacional sobre Deficiência divulgaram recomendações sobre preparação para emergências. O Congresso e alguns estados específicos elaboraram legislação para atender a essas necessidades. Em julho de 2004, o presidente George W. Bush implementou o Conselho Interagências para Coordenação da Prontidão em Emergências para Portadores de Deficiência. O conselho tem como objetivo:

- avaliar, em seu plano de prontidão para emergências, as necessidades específicas de funcionários da agência que sejam portadores de deficiência e de indivíduos com deficiência sob os cuidados da agência;
- estimular, inclusive por meio de fornecimento de assistência técnica, a avaliação das necessidades específicas de funcionários e indivíduos com deficiência sob os cuidados dos governos estaduais, locais e tribais, organizações privadas e indivíduos na fase de planejamento da prontidão para emergências;
- facilitar a cooperação entre os governos federal, estadual, local e tribal, as organizações privadas e os indivíduos durante a implementação dos planos de prontidão para emergências no que se refere a pessoas com deficiência.

Em abril de 2006, Daniel W. Sutherland, presidente do Conselho Interagências para Coordenação, falou aos participantes da Conferência sobre Furacões sobre como dar às pessoas com deficiência oportunidades de participar do processo de gerenciamento de emergências. Referindo-se às lições aprendidas com os furacões de 2005, Sutherland observou:

As necessidades e as aptidões das pessoas com deficiência devem ser integradas mais efetivamente durante todo o processo de gerenciamento de emergências. Nas emergências, os americanos em geral enfrentam dificuldades que são com freqüência agravadas para as pessoas com deficiência e suas famílias. Essa não é uma questão “à parte”, que merece uma ou duas notas de rodapé na discussão das lições aprendidas com o [furacão] Katrina. A comunidade dos portadores de deficiência constitui aproximadamente 20% das pessoas que vivem na região da Costa do Golfo. Esses são problemas complexos, que afetam um grande número de pessoas, e devemos nos esforçar para tratá-los de forma mais eficaz. Reconhecemos que os governos estaduais e locais são os primeiros a responder em caso de desastre. Nosso papel, bem como nossa responsabilidade, não é sobrecarregar seu trabalho, mas identificar formas efetivas de ajuda para lidar com as questões complexas e peculiares dessas situações. As pessoas portadoras de deficiência não desejam ser dependentes pacíficas de ajuda. Ao contrário, elas têm muito a oferecer, porque trazem uma combinação singular de energia, experiência, idéias e determinação a essas questões. As pessoas portadoras de deficiência, suas famílias e as organizações que as servem querem ajudar; tudo que devemos fazer é recrutá-las para o serviço.

A íntegra do pronunciamento de Sutherland está disponível no site http://www.dhs.gov/xabout/structure/editorial_0842.shtm. ■



Bill Ross/© AP Images

O atendimento das necessidades de pessoas com deficiência em desastres inclui o planejamento de assistência médica, transporte, comunicação e outras necessidades especiais

Questões Sobre Deficiência e Relações Exteriores

Embora a missão principal do Departamento de Estado seja a condução da política externa dos EUA, esse órgão também está envolvido com questões relativas a deficiências. Além das preocupações normais sobre adaptação às necessidades de funcionários e respectivas famílias a serviço do governo no mundo todo, as Embaixadas e os Consulados americanos oferecem assistência aos cidadãos dos EUA que viajam ou vivem em países anfitriões. Por exemplo, uma cidadã americana portadora de deficiência auditiva solicitou a um escritório consular na França que a ajudasse a explicar o papel de um cão auxiliar aos policiais locais, que conheciam cães-guia para cegos, mas desconheciam cães que servem a pessoas com deficiência auditiva.

O Departamento de Estado também patrocina programas culturais e educacionais que tratam da questão da deficiência. Vários programas e intercâmbios ajudam estudantes com deficiência, inclusive dois que enviam professores ou estagiários americanos para trabalhar em cursos para deficientes auditivos em outros países. Outros programas, embora não voltados



Cortesia da Embaixada dos EUA, Manama, Bahrein

Membros do grupo de atletas que disputou a Copa do Mundo, cuja viagem foi patrocinada pelo Departamento de Estado, encontram jovens atletas de todo o mundo. Aqui, Cindy Parlow, Campeã da Copa do Mundo de Futebol Feminino, medalha de ouro e deficiente auditiva integrante da Federação de Desportos para Portadores de Deficiência de Bahrein, aprende que o futebol é uma linguagem universal

exclusivamente para pessoas com deficiência, podem ter alguma ligação com pessoas com necessidades especiais. Os atletas da Copa do Mundo visitaram recentemente vários países e conheceram muitos grupos, inclusive futebolistas com deficiência auditiva da Federação de Desportos para Portadores de Deficiência de Bahrein – programa que conquistou amplo interesse da imprensa local em Bahrein e promete levar a atividades complementares.

Outra agência do Departamento de Estado recruta e envia cidadãos americanos como especialistas para conduzir programas em todo o mundo. Esses programas algumas vezes envolvem requisitos incomuns, como a necessidade do envio de um intérprete da linguagem de sinais quando um especialista com deficiência auditiva viaja para Xangai, ou providências especiais, necessárias quando uma palestrante cega visita a Índia com seu cão-guia. Nos Estados Unidos, é comum ver cães trabalhando com cegos, surdos ou pessoas com outras deficiências, bem como “cães-terapeutas”, que visitam até hospitais e asilos para ajudar a tranquilizar pacientes (pesquisas mostram que a

presença desses cães melhora a pressão sanguínea e a tolerância à dor e ajuda a reduzir a depressão). As providências para as pessoas e os animais que as auxiliam na visita a outros países, cujos regulamentos e culturas são diferentes, apresentam desafios especiais para os organizadores de programas. Mas o esforço extra vale muito a pena, principalmente quando o resultado não é apenas o apoio necessário que os emissários humanos do departamento recebem para realizar seu trabalho em outro país, mas, como no caso da Índia, o cão da palestrante se torna uma sensação de mídia, introduzindo um novo conceito em um amplo segmento da população.

Para ler um artigo sobre as experiências de Joyce Kane e seu cão durante os programas na Índia, acesse <http://usinfo.state.gov/scv/Archive/2005/Jul/18-456527.html>.

Para saber mais sobre programas internacionais para deficientes auditivos, visite o site do Global Deaf Connection em <http://www.deafconnection.org> e Parceria Internacional de Apoio aos Portadores de Deficiência Auditiva em <http://academic.gallaudet.edu/courses/spa/CREPBerw.nsf>. ■



Cortesia da Embaixada dos EUA, Nova Delhi, Índia

Joyce Kane, deficiente visual, fez sucesso como palestrante durante viagem pela Índia, em 2005. Seu cão, Corey, foi uma sensação ainda maior

Tecnologia

Dar Condições às Pessoas com Deficiência para Enfrentar os Desafios do Cotidiano

Vários programas, tanto governamentais quanto não-governamentais, centros de estudo, publicações e relatórios de pesquisa tratam de questões relacionadas com deficiências e os avanços tecnológicos que ajudam a mitigá-las. Os projetos relacionados às deficiências são completos e envolvem de comunicação presencial e de longa distância a mobilidade, de materiais pedagógicos à robótica no local de trabalho. Os projetos atualmente em vigor e os novos avanços anunciados recentemente são muito numerosos para serem relatados em um artigo, ou mesmo em uma revista. Um projeto, financiado por uma *Innovation Grant* [verba para inovações] do Instituto Burton Blatt (BBI) da Universidade de Syracuse, em Nova York, ilustra o tipo de inovação prática que está ocorrendo. Liderado por um membro do corpo docente da Escola de Estudos da Informação da universidade, o projeto também envolve hospitais de todo o estado.

Interpretação em Vídeo para Serviços Remotos em Linguagem Americana de Sinais (ASL) pela Internet

Imagine. Você não ouve e só consegue se comunicar por linguagem de sinais. Leva um filho ferido para o pronto socorro de um hospital. Ninguém consegue lhe explicar o que está acontecendo, o que terá que fazer e o que pode esperar. Sua preocupação aumenta, e os médicos precisam de informações que você não consegue dar. O que fazer?

Em Nova York, emendas recentes à Compilação Oficial de Códigos, Normas e Regulamentações exigem que os centros de saúde tenham serviços de auxílio à linguagem disponíveis “em 20 minutos para pacientes internos e em tratamento ambulatorial e em 10 minutos para pacientes de pronto socorro quando necessário”, seja a linguagem a chinesa ou a americana de sinais (ASL). Os centros de saúde em Syracuse e em todo o estado de Nova York estão explorando ativamente as formas de obedecer a essa nova exigência. Serviços de ASL por vídeo, em que o intérprete faz uma “chamada” remota de sua residência para o centro de saúde pela internet, é uma opção inovadora e está sendo seriamente analisada. A internet promete uma possibilidade totalmente nova de ampliar a inclusão social, e os serviços de ASL de interesse significativo incluem interpretação, aconselhamento sobre saúde mental, prontidão para emergências e resposta a desastres.

Na fase 1 do projeto de pesquisa *Innovation Grant* do BBI, três sites de pesquisa, todos localizados na cidade de Syracuse, estão analisando a ASL via internet. Desses sites, dois são de hospitais que usam os serviços e o terceiro é um provedor sem fins lucrativos desses serviços. São questões de interesse da pesquisa: Quais são os serviços de ASL fornecidos e usados atualmente? Quais são as novas oportunidades e os desafios que os serviços de ASL via internet apresentam? Embora haja novos negócios e oportunidades de serviço interessantes, disponíveis pela internet, há também desafios que devem ser superados antes que os serviços de ASL pela internet se tornem corriqueiros. Uma provável fonte de desafios é a conformidade com a HIPAA (regulamentações sobre privacidade das informações de saúde, que estabelecem exigências rígidas para proteção das informações de pacientes nos consultórios médicos). Na fase 2 do projeto, serão pesquisados centros de saúde em uma área que abrange 14 condados de Nova York, a fim de verificar sua estrutura para cumprir as novas exigências de acesso aos serviços de ASL e as perspectivas para adoção de serviços fornecidos pela internet. ■



Brandon Watkins, que possui próteses de pernas e dedos, é um dos 13 membros do time masculino de basquete de sua faculdade técnica em Wisconsin. Watkins jogou 13 partidas e fez 5 de 9 anotações de campo, inclusive quatro arremessos de 3 pontos. Também ajudou seu time com rebotes, assistências e bolas roubadas

Andy Manis © AP Images

Cortesia: freedom-track.com



O fato de não ter pernas não impediu este homem de desfrutar sua motocicleta, mas a incapacidade de colocar a cadeira de rodas no bagageiro, sim — até que um amigo inventou este suporte



© AP Images/The Daily Home, Jerry Martin

Vincent Armstrong, aqui costurando uma bandeira americana, ficou cego aos 11 anos. Pai de três filhos e formado pela Escola do Alabama para Cegos, foi bicampeão estadual de luta livre, competindo contra estudantes não deficientes do ensino médio. Aqui ele aparece em seu emprego nas Indústrias do Alabama para Cegos.

© AP Images/Kathy Willens



Pianista de jazz, compositora e cantora, Valerie Capers lê e escreve música em Braille. Uma de suas obras mais interessantes é "Wagner Takes the A Train", uma vibrante versão em jazz instrumental de "Der Ring des Nibelungen", de Richard Wagner



© AP Images/The Herald, Andy Burriess

Jogar tênis em uma cadeira de rodas especialmente construída ajudou este médico a adquirir força suficiente para voltar a praticar medicina



© AP Images/The Saginaw News, David A. Sommers

Programas de capacitação ajudam pessoas deficientes a encontrar emprego onde podem ser bem-sucedidas

III. CONTRIBUIÇÕES LOUVÁVEIS

Nesta seção, conforme solicitou o presidente George W. Bush em seu pronunciamento, comemoramos algumas das muitas contribuições de pessoas portadoras de deficiência à sociedade.



© AP Images/The Herald, Andy Burtriss

Retratado aqui aos 11 anos de idade, Mattie e sua mãe apreciam seu mais recente livro de poesia

Mattie J. T. Stepanek, Poeta

Chandley McDonald

Uma criança com distrofia muscular inspirou milhões com sua poesia e coragem. Chandley McDonald escreve para o Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.

Vozes do coração' são uma constante na poesia de Mattie Stepanek. Ele escreveu que "A voz do seu coração é sua beleza interior. É a música do seu coração querendo que você ajude a si mesmo a tornar-se uma pessoa melhor e ajude os outros a fazer o mesmo. Todo mundo tem uma."

O jovem herói, que enfrentou uma forma rara de distrofia muscular por 13 anos, conseguiu escrever poesia e ensaios inspiradores, publicar livros, conversar com seus heróis e ter uma vida plena. Mattie sucumbiu à doença em junho de 2004, não sem antes deixar um legado de vida e sabedoria exemplar muito avançado para sua idade.

A doença de Mattie, miopatia mitocondrial disautônoma, prejudicou suas funções automáticas — respiração, ritmo cardíaco, pressão sanguínea, temperatura do corpo, digestão e utilização de oxigênio. Ele frequentou a escola pública até os 9 anos, quando seu estado piorou e ele

precisou de cadeira de rodas e de assistência médica em seu dia-a-dia normal. Mesmo assim, conseguiu viajar, ler intensamente, produzir poesia, colecionar pedras e tornar-se porta-voz da distrofia muscular. Entre suas honrarias constam o título de Embaixador Nacional da Boa-Vontade para a MDA (Associação da Distrofia Muscular) e sua apresentação como voluntário para uma viagem fantástica patrocinada pela United Airlines e pela Clínica Internacional Para Crianças Terminais.

Como campeão da paz e da tolerância global, Mattie apareceu em diversos programas de televisão, onde foi entrevistado por gente famosa. Até conseguiu ser apresentado a seu herói, o ex-presidente Jimmy Carter, no Kennedy Center de Washington, D.C. Como inspiração para pessoas do mundo inteiro, a mensagem de Mattie atingiu indivíduos de todas as idades, etnias, nacionalidades, crenças, aptidões e aspirações.

"As pessoas dizem que as inspiro. E isso me inspira. É um belo círculo virtuoso, e circulamos todos juntos, com e para os outros. Que bênção." Esta citação vem diretamente da extraordinária voz do coração de Mattie Stepanek. ■

Angela Rockwood-Nguyen: Ajudando os outros a seguir em frente

Chandley McDonald

Jovem vítima de lesão na medula espinhal ajuda outros nas mesmas condições por meio da fundação que lhe prestou auxílio.

Em 2001, apenas dois meses antes de seu casamento com Dustin Nguyen, Angela Rockwood, então aspirante a modelo e atriz, sofreu uma lesão na medula espinhal em acidente de carro. Ela lembra de ter acordado no hospital pensando que aquilo era o fim do mundo. Na realidade, seu mundo, da maneira como ela o conhecia, havia mudado para sempre. "Mudado", diz ela, "pois de entusiasta dos exercícios físicos e aspirante a atriz eu havia sido transportada para o reino dos paralíticos: uma tetraplégica C4-5." (C4-5 indica o local da lesão; nesse caso, o pescoço.)

Naquela época, sem demora Angela avaliou sua situação e concluiu que, embora talvez ficasse deficiente física por toda a vida, estava pronta para aceitar o fato e seguir em frente.

"Siga em frente" é o lema da fundação criada pelo astro de cinema Christopher Reeve, cujos papéis no cinema incluíram o de Super-homem. Reeve ficou paralítico em decorrência de uma queda de cavalo em 1995. Ele e a esposa Dana emprestaram seus nomes à Associação Americana de Paralisia logo após o acidente. A organização acabou sendo conhecida como Centro de Recursos contra Paralisia Christopher e Dana Reeve (PRC).

Em seguida ao acidente, Angela Rockwood-Nguyens recebeu enorme apoio e assistência da fundação Reeve. Ainda hoje, diz ela, a fundação está à disposição para lhe fornecer as informações e os recursos de que necessita para levar uma vida sadia e produtiva.

Angela e o marido, Dustin, um ator asiático-americano, são porta-vozes da Campanha de Grande Alcance em Defesa



Angela (centro) é retratada com seu marido (da direita para a esquerda), Dustin; Kathy Lewis, presidente e diretora executiva da Fundação Christopher Reeve; e Dana Reeve, que faleceu em 2006, dois anos depois do marido

Cortesia: Fundação Christopher Reeve

das Minorias promovida pelo Centro de Recursos contra Paralisia. Eles encorajam os outros a "Seguir em frente", tal como Reeves idealizou.

"Pouco tempo depois do meu acidente, no meio da terapia, fiquei conhecendo o PRC e posso confirmar o nível de apoio fornecido por eles — existem pessoas que nos dão as informações de que precisamos em ocasiões de desespero e



© AP Images/Andy King

Christopher Reeve confusão. Existem tantos paraplégicos e tetraplégicos para quem essa ajuda viria bem — especialmente na comunidade asiático-americana — que pretendo fazer todo o possível para que eles a utilizem", diz ela.

Existe esperança de futuro para os pacientes paralíticos. O Centro de Recursos contra Paralisia relata: "Hoje, nossa crença na cura é compartilhada por neurocientistas, pesquisadores, clínicos e, talvez o mais importante, milhares de pessoas com lesão da espinha dorsal e suas famílias." ■

Rachael Scdoris, Piloto de Trenó em Competições

Chandley McDonald

Mulher de 20 anos do estado do Oregon tornou-se em 2006 a primeira competidora cega da corrida de trenós puxados por cães da trilha de Iditarod.

É difícil imaginar isso. Pense em agüentar firme um frio de 46,70 graus negativos, suportando 12 dias de vento incessante, e atravessar mais de 1.776 km no difícil deserto do Alaska. Competir pilotando um trenó puxado por 12 a 17 cães na corrida da trilha de Iditarod é a realização do sonho da vida de Rachael Scdoris, embora considerada legalmente cega desde o nascimento. Essa jovem do Oregon de 20 anos de idade é o primeiro piloto de trenó cego a competir em Iditarod. Em março de 2006, Scdoris e seu intérprete visual, Tim Osmar, chegaram em 56º e 57º lugar nessa corrida do Alaska. Veterano de Iditarod, Osmar conduziu a equipe de cães à frente de Scdoris, funcionando como seus "olhos" e alertando-a sobre as condições da trilha durante a corrida. Eles se comunicavam por rádio nos dois sentidos.

Iditarod é às vezes chamada "a última grande corrida da terra". Desde que a competição começou, em 1973, todo ano a corrida se inicia em Anchorage, Alaska, no primeiro fim de semana de março. Cada equipe de cães e respectivo piloto cobrem a distância do Alaska até Nome, em 9 a 17 dias, aproximadamente. Scdoris e Osmar terminaram a corrida em 12 dias, 11 horas e 42 minutos. Terminar a corrida e obter colocação em 2006 foi particularmente gratificante para Rachael. Em 2005 ela teve de abandonar a corrida depois de completar mais da metade da prova, porque alguns dos cães caíram doentes.

O problema de saúde de Scdoris é chamado acromatopsia congênita, um distúrbio raro. Ela é daltônica, e essa condição a torna extremamente sensível à luz. A acromatopsia

congênita é um distúrbio hereditário que afeta uma em cada trinta e três mil pessoas nos Estados Unidos; essa condição é geralmente estável ao longo da vida das pessoas. A incidência de acromatopsia congênita varia em diferentes partes do mundo. Muitos acromatas podem agir normalmente com a

ajuda de óculos escuros, ao passo que outros usam cães-guia ou bengalas e são considerados legalmente cegos.

Embora visualmente deficiente, Scdoris não permitiu que isso a impedisse de enfrentar desafios. "Eu planejava correr em Iditarod desde os oito anos de idade, pois é a maior e mais prestigiada corrida do mundo de trenós puxados por cães", diz Scdoris, que começou a pilotar trenós aos três anos. Quando era estudante do ensino secundário no Oregon, foi capitã das equipes de pista e de *cross-country* de sua escola. Votada como uma das maiores mulheres atletas americanas pela Fundação do Desporto Feminino da cidade de Nova York, teve a honra de carregar a tocha olímpica nas Olimpíadas de Inverno de Salt Lake City de 2002. Agora, Scdoris divide seu tempo entre competições e trabalho como operadora turística de trenós



Rachael Scdoris e sua equipe competindo em 2004 em corrida preliminar de trenós puxados por cães

© AP Images/Duluth News Tribune, Amanda Odeski

puxados por cães. ■

Michael Naranjo, Escultor

Chandley McDonald

Escultor cego cria e compartilha arte para ser tocada.

Por favor, toque! Por favor, toque essas belas estátuas de bronze. Esse convite insólito foi feito pelo Museu Heard de Phoenix, Arizona. A mostra é uma reunião de estátuas criadas por Michael Naranjo, natural do Novo México, que ficou cego quando era soldado no Vietnã. Sua inspiração é a natureza e o que ele lembra de ter visto em galerias de arte ao crescer em sua cidade natal de Taos, Novo México.

Michael Naranjo nasceu no povoado de Santa Clara e tem nove irmãos, muitos dos quais são ceramistas em atividade. Sua mãe, Rose, foi uma ceramista célebre que ensinou aos filhos e netos a arte da cerâmica. Para Naranjo, aprender a fazer coisas com argila foi uma consequência natural do seu espírito artístico.

Depois de voltar do Vietnã, Naranjo frequentou a Escola para Cegos da Califórnia. Voltou a Santa Fé, Novo México, onde começou o desafio de tentar esculpir sem visão e com o uso bastante reduzido da mão direita, também lesionada. Casou-se e começou a trabalhar, aprendendo seu ofício, enquanto ele e a mulher criavam duas filhas.

Trabalhando com intuição e toque, sua arte começou a emergir, a fluir com composição, equilíbrio e movimento. O estilo de Naranjo é simples; ele usa os dedos e as unhas para gravar os detalhes nas esculturas. Não usa as ferramentas de esculpir tradicionais por não poder ver que impacto elas têm sobre a argila. É compreensível que Naranjo despedace uma obra se não estiver boa ao "tato". Laurie, sua mulher por 27 anos, às vezes tem de resgatar um trabalho antes que ele o destrua em sua busca por perfeição.

Um aspeto interessante da escultura de Michael Naranjo é o fato de, ao longo dos últimos 30 anos, seu senso de toque ter se refinado pelo contato com os mestres. A Galeria da Academia de Florença, Itália, e o Museu do Louvre de Paris



O escultor Michael Naranjo explora obra-prima de Michelangelo

© Terry Kettler, cortesia de Michael e Laurie Naranjo

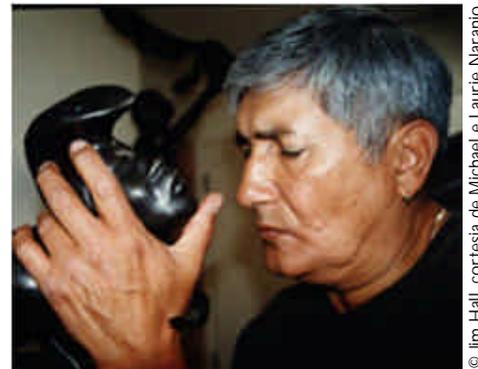
permitiram-lhe examinar seus tesouros — em Paris, a *Vênus de Medici*, e em Florença, o *Davi* de Michelangelo. As autoridades concederam-lhe o raro privilégio de permitir que observasse as obras-primas tocando-as. Pelo toque, Naranjo pôde observar detalhes diminutos das estátuas, tais como o fato de, nos olhos da estátua de Michelangelo, as pupilas terem a forma de corações. Mas, embora ele observe os olhos no trabalho de outros,

suas próprias estátuas jamais têm olhos, algo que demora um certo tempo para perceber quando se aprecia os outros diversos aspectos de seu trabalho.

Pela mostra itinerante de sua arte tocável, organizada pelo Museu Heard, Naranjo procura compartilhar com os outros o que considera uma oportunidade de transformação por meio do contato

direto com a arte. Ele e sua mulher criaram o Fundo Touched by Art, uma fundação da comunidade de Santa Fé, para possibilitar aos estudantes das escolas públicas do Novo México a visita

a museus e galerias. A galeria que apresenta atualmente os trabalhos de Naranjo é a Nedra Matteucci de Santa Fé. O site da galeria é <http://www.matteucci.com>. ■



Naranjo e uma de suas esculturas

© Jim Hall, cortesia de Michael e Laurie Naranjo

O Presidente Americano que Usava Cadeira de Rodas

Phyllis McIntosh

O uso de cadeira de rodas pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt, ocultado durante toda a sua vida, agora é celebrado em bronze. Phyllis McIntosh é um escritor que vive em Maryland e com frequência contribui para as publicações do Departamento de Estado.

Franklin Delano Roosevelt (FDR), eleito presidente dos Estados Unidos por quatro vezes, governando de 1933 a 1945 — alguns dos anos mais turbulentos da história dos EUA — foi a própria imagem de líder forte. Ocultado do público foi o fato de que Roosevelt, vítima de pólio, não podia andar. Ele quase nunca era fotografado em sua cadeira de rodas.

Embora a atitude geral com relação às deficiências já tivesse mudado de forma considerável quando o memorial em homenagem a FDR foi inaugurado em Washington, D.C., em 1997, o ex-presidente foi representado por uma estátua com um grande capote que praticamente escondia sua cadeira de rodas.

"Achamos que seria imperdoável se os estudantes passassem anos visitando o memorial sem ter noção de que Roosevelt conduziu este país durante a Grande Depressão até a vitória da Segunda Guerra Mundial em sua cadeira de rodas", diz Michael Deland, presidente da Organização Nacional sobre Deficiência.

Deland, com a ajuda do presidente honorário, o ex-presidente George H.W. Bush, lançou uma campanha para angariar fundos para a construção de uma segunda estátua mais honesta. Eles comemoraram a primeira doação — US\$ 378,50 de uma venda de bolos realizada por um grupo de estudantes de Nova Jersey — e estão arrecadando mais US\$ 1,65 milhão de doadores particulares.



Barry Fitzgerald

"A doença deu a Franklin muito mais força e coragem. Ele teve de compreender os princípios básicos da vida e aprender a maior de todas as lições — paciência infinita e persistência inesgotável"

Eleanor Roosevelt

Inaugurada em 2001, a segunda estátua mostra Roosevelt sentado na cadeira de rodas que ele mesmo projetou e usava todo dia. Instalada no nível do solo, a escultura é facilmente acessível. Crianças correm à sua volta e sobem no colo do presidente de bronze.

Cadeirantes conseguem tocá-la e ler a inscrição na parede atrás da estátua, que também foi impressa em Braille.

"O refrão constante", acrescenta Deland, "vem de pessoas mais velhas portadoras de deficiências, de professores ou de pais, que dizem às crianças, 'Vejam, Roosevelt governou este país em uma cadeira de rodas. Vocês podem fazer tudo o que se propuserem a fazer, quer tenham deficiências ou não'". ■



Barry Fitzgerald

Como não queria uma cadeira de rodas convencional, Roosevelt projetou a sua usando uma cadeira de cozinha, feita de madeira, duas rodas de bicicleta e duas rodas de triciclo

Mathew Sanford, Instrutor de Ioga

Phyllis McIntosh

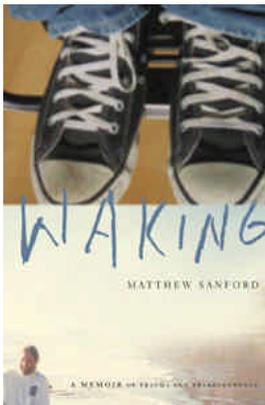


© Jennifer R. Sanford

Matthew Sanford e seu filho, Paul, em passeio ao zoológico

Paraplégico adapta movimentos de ioga para que deficientes possam estabelecer uma conexão entre corpo e mente.

Aos 13 anos de idade, a vida de Mathew Sanford mudou de repente quando um horrível acidente de carro matou seu pai e sua irmã e o deixou paraplégico do peito para baixo. Depois de passar 12 anos com dois terços do corpo inertes como um objeto, vivendo, como diz ele, "como uma cabeça sobre uma vara", queria desesperadamente sentir seu próprio corpo.



Reimpressão de: Waking: A Memoir of Trauma and Transcendence. Escrito por Mathew Sanford. Copyright 2006 Matthew Sanford. Com permissão de Rodale Inc.

Waking: A Memoir of Trauma and Transcendence

Sanford voltou-se para a ioga e descobriu que seus gestos e posturas deram-lhe nova sensação de energia, uma "vibração" ou "pulsção" em todo o corpo. Em 1998, começou a adaptar os movimentos de ioga para pessoas com deficiências diversas, entre as quais paralisias, lesão cerebral, esclerose múltipla e paralisia cerebral. Ao mesmo tempo, descobriu que sua perspectiva *sui*

generis era um ativo valioso para lecionar também para pessoas normais. "Sentir a vibração da vida no corpo inteiro,

esteja ele paralisado ou não, é um ingrediente essencial da vida", diz ele.

Depois Sanford descobriu a Mind Body Solutions, organização não-governamental que se dedica a melhorar a conexão entre corpo e mente na vida diária. Atualmente ele dá aulas de ioga em seu estúdio, participa de workshops e seminários para empresas, instituições de assistência médica e organizações comunitárias e continua lecionando ioga adaptativa no Courage Center, importante clínica de reabilitação localizada em Minnesota, onde vive.

Por meio dos programas *Bringing Your Body to Work* (Ponha seu Corpo para Trabalhar) e *Yoga at the Desk* (Ioga no Escritório), ele ensina aos funcionários como usar a ioga para aumentar a energia, diminuir o estresse e melhorar a disposição mental.

Marido e pai de um menino de seis anos de idade, Sanford ainda encontrou tempo para escrever um livro, *Waking: A Memoir of Trauma and Transcendence*, que conta suas experiências e explora a importância da relação *corpo-mente*.

Ele resume sua filosofia da seguinte maneira: "Conectar corpo e mente não é apenas uma questão de saúde. É um movimento de conscientização que pode mudar o mundo." ■

Marlee Matlin, Atriz

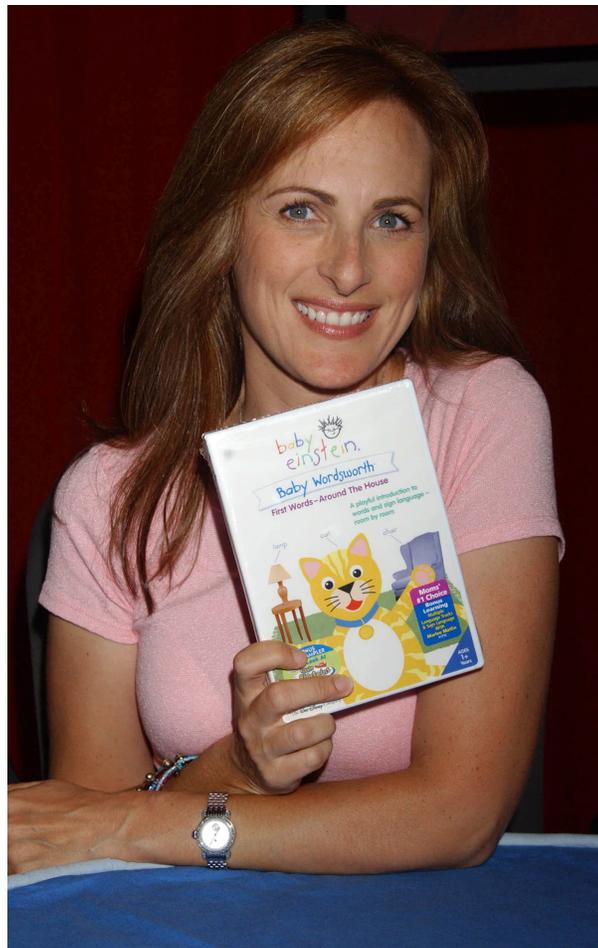
Phyllis McIntosh

Atriz surda chega ao topo da carreira.

Quem quiser provas do que uma pessoa surda consegue realizar em um mundo ouvinte, basta olhar para a bela e competente atriz Marlee Matlin. "A única coisa que não consigo fazer é ouvir", declara - afirmação que resume seu modo de encarar a vida.

Surda desde os 18 meses, Matlin estreou no teatro com sete anos como Dorothy em uma produção teatral infantil do Mágico de Oz. Aos 21 anos de idade, foi a mais jovem ganhadora do Oscar de melhor atriz ao desempenhar o papel de uma jovem com medo de deixar os limites seguros da escola para surdos no filme Filhos do Silêncio. Em seguida, atuou em mais 14 filmes e recebeu quatro indicações para o prêmio Emmy por seu trabalho na televisão. Mais recentemente, apareceu durante sete temporadas como assessora da Casa Branca na popular série política The West Wing: Nos Bastidores do Poder.

Além de atuar, Matlin é uma celebridade porta-voz da Cruz Vermelha Americana, participa do conselho de várias organizações de caridade e escreveu vários livros infantis



Marlee Matlin escreveu vários livros infantis

© AP Images/Jennifer Graylock

sobre crianças surdas. Em 1990, ajudou a persuadir o Congresso a aprovar a legislação que exigia que todos os televisores fabricados nos Estados Unidos fossem equipados com o sistema de legendas ocultas [closed captioning] - palavras que aparecem na parte inferior da tela - para ajudar os deficientes auditivos.

Esposa de policial e mãe de quatro filhos, Matlin diz que "também sou líder do Clube de Escoteiras, cozinheira, motorista no

esquema de transporte solidário, mediadora, organizadora de armários e pretensa especialista em matemática".

Atribui sua independência ao estímulo de seus pais. No momento, relata, "trabalho todos os dias para ajudar as pessoas a entender, assim como meus pais me ensinaram, que as pessoas surdas não merecem apenas respeito, merecem ser ouvidas". ■

Olimpíadas Especiais

Phyllis McIntosh



© AP Images/Stuart Ramson/Olimpíadas Especiais de Nova York, sede dos jogos

Dois jovens atletas da área metropolitana de Nova York comemoram os Jogos Olímpicos Especiais locais

Iniciando como um dia de acampamento no quintal, as Olimpíadas Especiais transformaram-se em movimento mundial.

Em todo o mundo, mais de dois milhões de crianças e adultos com deficiência intelectual desenvolvem condicionamento físico e experimentam a emoção de uma competição atlética por meio das Olimpíadas Especiais.

A organização, fundada em 1968 por Eunice Kennedy Shriver, irmã do falecido presidente John F. Kennedy, surgiu a partir de um dia de acampamento que Shriver criou em sua casa em Maryland para crianças com deficiência intelectual. No decorrer dos anos, as Olimpíadas Especiais se tornaram um movimento realmente global, com mais de 200 programas em 150 países. No momento, por exemplo, há cerca de 550 mil participantes nos Estados Unidos, 500 mil na China, 4,4 mil em Ruanda e 600 no Afeganistão. Como organização de base, sem fins lucrativos, as Olimpíadas Especiais contam com a ajuda de 700 mil voluntários no mundo todo para garantir que cada um dos atletas desfrute de uma experiência de qualidade.

Sem nenhum custo, atletas a partir de oito anos podem treinar o ano todo e competir em 30 esportes olímpicos, do esqui alpino ao voleibol. No processo, condicionam o físico, desenvolvem habilidades e amizades e tornam-se membros produtivos e respeitados da sociedade. Por meio do Programa para Jovens Atletas das Olimpíadas Especiais,

crianças de dois a 7 anos desenvolvem habilidades para futura participação nos esportes.

Milhares também participam dos Jogos Mundiais de Verão e de Inverno das Olimpíadas Especiais, realizados a cada quatro anos. Os jogos de verão de 2007 acontecerão em Xangai, China; os próximos jogos de inverno, em 2009, serão em Boise, Idaho. Nos intervalos entre os Jogos Mundiais, os atletas participam de competições locais, estaduais, nacionais e regionais. Em 2006, as Olimpíadas Especiais estão realizando jogos regionais na América Latina, nos Estados Unidos, na Europa e no Oriente Médio/Norte da África e estão patrocinando o Primeiro Campeonato Internacional de Críquete em Mumbai, Índia. Além da competição, são oferecidos exames médicos de graça para os atletas, fóruns especiais, onde as famílias podem compartilhar idéias e recursos, além de encontros de jovens para promover a compreensão entre jovens com e sem deficiências. ■



Eunice Kennedy Shriver

© AP Images/Lionel Cironneau

Chris Burke, Editor e Ator

Phyllis McIntosh



Cortesia: Sociedade Nacional de Síndrome de Down

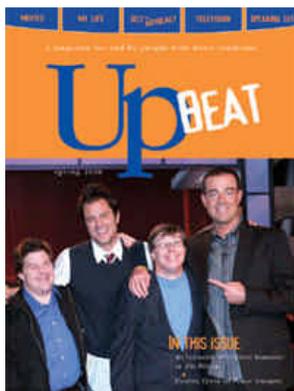
Redator-chefe Chris Burke (à direita) se encontra com Kim Rossi, gerente de publicação da NDSS (Sociedade Nacional de Síndrome de Down)

Ator portador de síndrome de Down atinge público diferente com a revista Upbeat.

As palavras que melhor descrevem o conteúdo de Upbeat, no momento a única revista nos Estados Unidos escrita por e para pessoas com síndrome de Down, são "inspiradora" e "animadora". Publicada pela Sociedade Nacional de Síndrome de Down e dirigida à família e aos amigos de portadores de deficiência cognitiva, a revista é uma mistura de notícias e artigos pessoais, todos eles escritos por alguém com síndrome de Down.

"São histórias sinceras sobre como é crescer com síndrome de Down e como nos expressamos", declarou o decididamente animado redator-chefe, Chris Burke, um

exemplo querido na comunidade dos portadores de síndrome de Down. Lançada por Burke e funcionários da sociedade com o título News and Views (Notícias e Opiniões) em 1994, a revista foi, segundo ele, parcialmente inspirada em um boletim informativo da escola particular que ele frequentou.



Cortesia: Sociedade Nacional de Síndrome de Down

Também ator, músico, e Embaixador da Boa Vontade da Sociedade Nacional de Síndrome de Down, Burke é mais conhecido por seu papel pioneiro como jovem portador de síndrome de Down que cresce em uma família amorosa, mas luta pela aceitação do mundo exterior na série televisiva Life Goes On (Quatro Pais, uma Casa), transmitida nos anos 1990 e recentemente lançada em DVD.

Atualmente Burke apresenta shows musicais com dois amigos de longa data, os irmãos gêmeos Joe e John DeMasi, divulgando a mensagem de amor e inclusão por meio de centenas de apresentações por ano em escolas, festivais e conferências.

Quando Burke nasceu em 1965, os médicos aconselharam seus pais a colocá-lo em uma instituição. Em vez disso, eles o trataram do mesmo modo que a seus irmãos e asseguraram que ele recebesse uma excelente educação. Ele gosta de compartilhar com os outros o lema que pauta sua vida: "Obstáculo é o que você vê quando desvia os olhos do alvo. Diga sempre para si mesmo, 'Sim, eu consigo'. Acredite em você, esforce-se, nunca desista"! ■

Para Conseguir a Melhor Educação: Ativismo, Esperança e Sonhos

Jeanne Holden

Segundo a mãe de uma criança com síndrome de Down, há oportunidades educacionais para crianças com deficiência nos Estados Unidos, mas os pais devem se tornar verdadeiros ativistas para garantir que seus filhos tenham a melhor educação possível. Jeanne Holden, sua filha Jenny e o resto da família vivem na Virgínia, perto de Washington, D.C.

Sou escritora, esposa e mãe de três filhos. Minha filha Jenny tem 18 anos. Ela é bonita, criativa e curiosa. Mede 1,37 m e pesa quase 40 quilos — mais ou menos o tamanho de uma criança de 10 anos. Ela também tem deficiência intelectual. Eu não poderia ter mais orgulho dela.

Mas nem sempre foi assim. Quando descobri que minha filhinha recém-nascida tinha síndrome de Down, meus sonhos caíram por terra. A síndrome de Down é um distúrbio genético que retarda o desenvolvimento físico e intelectual. A maioria das crianças com síndrome de Down sofre de retardo mental leve a moderado. Informaram-me que a vida de Jenny seria bem limitada — se sobrevivesse. Ela precisava de cirurgia cardíaca o mais rápido possível.

Após a operação de Jenny, fiquei ao seu lado no hospital, seguindo as instruções de várias enfermeiras. Então, dois jovens médicos, ainda estagiários, pediram-me para sair para que pudessem colher sangue da Jenny. Minha presença os deixava nervosos. Depois de meia hora, eu ainda estava esperando do lado de fora do quarto de Jenny, com medo e imaginando se minha filha estaria bem. Seu médico cardiologista passou e perguntou o que eu fazia ali. Quando expliquei, esse médico tão educado me passou uma reprimenda. "Você devia defender sua filha!" exclamou. "Eles não podem pôr você para fora. E se ela precisar de um especialista? Você tem de se manifestar e proteger os interesses dela." Que sorte eu tive de ter recebido essa lição quando minha filha era bem pequena!

Ativismo. Isso é o mais necessário se os pais desejam a melhor educação para um filho com deficiência.

Minha filha nasceu em uma época empolgante dos Estados Unidos. Havia sido aprovada uma lei exigindo que as escolas públicas ministrassem educação adequada a todas as crianças com deficiência. Antes da implementação da Lei Sobre a Educação de Indivíduos com Deficiência, de 1975, muitas crianças com deficiência mental nem ao menos eram

aceitas nas escolas. Mas, apesar da nova legislação, meu papel como defensora da causa continuou a ser crucial.

Minha primeira atitude como ativista foi aprender o máximo possível — sobre a deficiência de minha filha, sobre as leis federais e estaduais referentes à educação especial e sobre o distrito escolar local. Entrei para um grupo de apoio para pais de crianças com síndrome de Down antes de minha filha completar um mês de idade. Soube não só que crianças com síndrome de Down podem ter as mais variadas aptidões, como também que os educadores estão reavaliando o potencial intelectual dessas crianças, pois suas realizações estavam aumentando em resposta a maiores oportunidades educacionais.

Uma dessas oportunidades é "a intervenção precoce". Logo depois do nascimento de Jenny, foi aprovada uma lei exigindo que cada estado dos EUA proporcionasse serviços educacionais e terapêuticos — grátis — para bebês e crianças na primeira infância portadores de deficiência. Na Virgínia, onde moramos, Jenny teve direito a fisioterapia e terapia fonoaudiológica durante o primeiro ano de vida. Mas a demanda por tratamento superava em muito o número de terapeutas. Foi uma oportunidade perfeita para eu experimentar meu novo papel de ativista. Fui firme, afável, persistente e, para grande surpresa, bem-sucedida. Conveneci a administradora do programa, ex-fisioterapeuta, a fazer ela própria a fisioterapia em Jenny.

Essa situação repetiu-se muitas vezes durante o período de escolaridade de minha filha. Existem serviços educacionais de qualidade, mas os pais precisam saber onde encontrá-los e exercer bem seu papel de ativista para conseguir que seu filho tenha acesso a eles.

Aos dois anos, Jenny entrou para o curso de pré-escola para alunos com deficiência em nossa escola pública. Ela também freqüentou uma pré-escola particular inovadora que incluía duas crianças com deficiência em cada uma de suas classes normais de 10 crianças. Jenny progrediu muito com esse programa, que lhe proporcionou aprendizagem por meio de brincadeiras com seus colegas não-portadores de deficiência.

Mas educar uma criança com deficiência significa mais do que tratamento e pré-escola certa. Significa reforçar cada lição de casa, praticar letras e números ou o modo de

CONTRIBUIÇÕES LOUVÁVEIS

pronunciar as palavras. Significa ensinar comportamentos adequados, elogiar pequenos progressos e dizer: "Tente fazer o melhor que puder." É festejando as aptidões de seu filho e acreditando nelas que, com prática suficiente, ele será bem-sucedido. Por exemplo, durante a pré-escola, um terapeuta ocupacional previu que Jenny nunca aprenderia a escrever porque seu tônus muscular era muito fraco. Atualmente ela tem letra mais perfeita que a do irmão ou da irmã.

Quando procurava um jardim de infância, conheci a diretora de educação especial de escolas públicas de nossa cidade. Alunos portadores de deficiência devem, por lei, ser educados no ambiente o menos limitador possível, no qual possam progredir, e essa diretora acreditava que Jenny progrediria em classes normais. Fiquei maravilhada! Contudo, nem ela nem eu prevíamos a resistência que encontraríamos. A diretora da escola local não queria alunos de educação especial em classes normais. Ela não queria nem mesmo que alunos com deficiência tivessem contato, na escola, com seus colegas sem deficiência.

Eu poderia tê-los processado judicialmente. Em vez disso, convenci a diretora de educação especial a matricular Jenny em uma escola pública mais progressista. Ela também me indicou para dois comitês consultivos de educação. Pude colaborar com professores para melhorar os programas de educação especial e mudar as atitudes daqueles que viam os alunos como rótulos de deficiência, em vez de vê-los, em primeiro lugar, simplesmente como crianças.

Quando Jenny estava no terceiro ano, foi incluída em uma classe com aulas ministradas ao mesmo tempo por uma professora de classe normal, uma professora de educação especial e uma ajudante. Jenny ganhou novos amigos e bons exemplos. Os outros alunos aprenderam a ter compaixão pelas crianças que pareciam diferentes.

Meu papel era ajudar os professores de Jenny a criar seu Programa de Educação Individualizada (IEP) — um pilar da lei da educação especial dos EUA. Precisamos elaborar um plano totalmente individualizado para definir que tipo de apoio e serviços Jenny receberia para possibilitar seu progresso educacional. A maioria dos professores aplaudiu minha contribuição. Alguns, no entanto, queriam simplesmente minha concordância para suas sugestões. Mas não me intimidei. Quem mais sabia que Jenny tinha memória visual e se confundia caso os problemas de matemática estivessem amontoados, mas os resolvia se fossem mais bem distribuídos? Eu tinha muitas informações a dar.

Durante toda o ensino fundamental, Jenny seguiu o mesmo currículo de seus colegas não-portadores de deficiência, mas suas obrigações foram reduzidas em extensão e complexidade.

O sucesso de Jenny na escola facilitou o incentivo a seus interesses extracurriculares. Ela ganhou medalhas em corridas nas Olimpíadas Especiais. Jogou futebol em divisão normal e beisebol na divisão "Challenger" para crianças com deficiência. Jenny entrou para o Clube de Escoteiras e se

tornou chefe assistente, pois isso fez os outros aceitarem melhor sua inclusão.

Como seus irmãos, Jenny foi matriculada na escola religiosa de nossa sinagoga. Pedi para uma aluna mais velha ficar encarregada de ajudá-la na aula porque não havia programa especial de educação. Elas trabalharam muito, mas valeu a pena: aos 14 anos, Jenny dirigiu sua própria cerimônia de Bat Mitzvah em inglês e hebraico, conseguindo o mesmo que os alunos sem deficiência. Foi seu momento de maior orgulho. Agora, Jenny é ajudante da professora no jardim de infância da escola religiosa.

Embora o programa da escola pública de ensino fundamental tenha lhe dado boa experiência, a escola de ensino médio apresentou problemas. Como o programa da escola pública para alunos com retardo mental não era estimulante sob o ponto de vista acadêmico e era isolado fisicamente do resto da comunidade escolar, matriculei Jenny na escola local de ensino médio, que oferecia alguma ajuda a estudantes com deficiência intelectual. Mas isso criou outro problema — a excessiva rapidez e a quantidade de conteúdo que era ensinado em relação à capacidade de absorção de Jenny. Eu tinha de encontrar uma solução a tempo para a escola de ensino médio.

Matriculei Jenny em uma pequena escola particular católica com um programa de "inclusão modificada" chamado "Opções" para estudantes com deficiência intelectual. Os alunos desse programa freqüentam aulas acadêmicas em classes de educação especial e compartilham aulas de disciplinas optativas como arte e teatro com alunos de classes normais. O mais importante é que a escola se esforça para a inclusão total de alunos do programa "Opções" na comunidade escolar. Cerca de 90 alunos de classes normais são voluntários a cada semestre para ajudar, em sala de aula, os estudantes incluídos nesse programa, abrindo mão do tempo destinado às salas de estudo. Muitos deles se reúnem com alunos do programa "Opções" para almoçar e praticar outras atividades fora do horário escolar. É bem vista a convivência com alunos com necessidades especiais.

Jenny não poderia estar mais feliz. Ela participa de clubes da escola, eventos esportivos e bailes. Tem escrito para uma coluna do jornal da escola. Fez parte do teatro da escola. É realmente incrível. Até os cinco anos, Jenny não falava uma frase inteira. Atualmente ela lê anúncios sobre a escola em programa de TV de circuito fechado transmitido para toda a escola, onde a ampla maioria dos alunos não tem deficiência.

Naturalmente tive de me esforçar para ensinar minha filha a se defender. Quando ela começou a freqüentar a escola católica, os alunos de classes regulares acharam que ela não fazia o sinal da cruz antes de rezar porque — sendo aluna de educação especial — não lembrava como era. Nunca lhes ocorreu que Jenny pudesse ter decidido não se benzer por ser judia. Mas os pais de crianças com deficiência devem ensiná-los a se defender. Se não ensinarmos, como podemos esperar que nossos filhos consigam independência?

CONTRIBUIÇÕES LOUVÁVEIS

Atualmente Jenny cursa o último ano do ensino médio. O que fará em seguida? Procuramos programas vocacionais de escolas públicas. Mas Jenny está propensa a seguir um dos novos cursos universitários para estudantes com deficiência intelectual. Esses cursos são caros, mas estamos avaliando a possibilidade, pois ela adora aprender.

Entre as metas de Jenny está a busca por um emprego para trabalhar com crianças. Também sonha em ter um namorado e casar. Meus sonhos para Jenny foram substituídos pelos dela. Uma boa educação deu-lhe oportunidade de futuro promissor. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.



© Robert F. Holden

Jenny e Jeanne participam do Festival da Renascença de Maryland 2006

Conheça Mandy Oei

Mandy Oei cresceu no Texas, filha de imigrantes indonésios. Completamente surda, passou quatro anos em uma escola especial, onde fez terapia fonoaudiológica e aprendeu a ler lábios enquanto estudava as matérias escolares tradicionais. Em seguida, frequentou escolas normais e concluiu o ensino médio. Frequentou a Universidade de Stanford na Califórnia graduando-se em Inglês, com especialização em redação criativa. Enquanto estava na faculdade, candidatou-se e foi aceita para um estágio na Microsoft Corp., a gigante de software de computadores.

Depois da formatura, a Microsoft contratou-a como redatora técnica em período integral. Recentemente ela compartilhou com Robin L. Yeager, editor da eJournal USA, as experiências vividas na universidade e na Microsoft em entrevista por e-mail.

Pergunta: Quais foram os desafios de frequentar uma universidade normal? Stanford ofereceu apoio especial para alunos com deficiência?

Oei: Eu não fiquei muito preocupada com as adaptações em Stanford.... Havia bom apoio para alunos com deficiência. Fora isso, enfrentei os mesmos desafios que qualquer outro aluno... A Stanford forneceu intérprete de linguagem americana de sinais (ASL) para ajudar nas aulas. Morei nos alojamentos da universidade por quatro anos, tive acesso a TTY e meu quarto era equipado com alarme de incêndio especial com uma luz estroboscópica para emergências. Os funcionários do alojamento também foram alertados sobre minhas necessidades. [TTY é um sistema que conecta o telefone a uma tela e um teclado, transformando a comunicação oral na forma escrita.]

P: Como foi a transição da vida universitária para o trabalho "real", inclusive a experiência de estágio?



Mandy Oei

© Josh Isaac, Microsoft Corporation

Oei: No último ano da faculdade, fui contatada pela Microsoft. Tinham recebido meu currículo e estavam interessados em me entrevistar. Fiz uma entrevista por telefone com o gerente de contratação. Para isso, foi necessário usar um serviço de retransmissão como meio de comunicação para a entrevista, que é um pouco mais lento do que um telefonema direto entre duas pessoas. O gerente de contratação foi muito paciente [com esse processo] e, no final da entrevista, saí com uma boa impressão da Microsoft por causa da

experiência. O próximo passo foi viajar de avião de Stanford até Redmond [perto de Seattle, estado de Washington] para ser entrevistada por várias pessoas diferentes. O recrutador da Microsoft me perguntou sobre adaptações e, quando pedi intérpretes, não fizeram muitas perguntas além de que tipo de linguagem de sinais eu preferia usar. Para mim, aquilo foi fascinante porque mostrou que eles estavam familiarizados com pessoas surdas e suas necessidades.

Durante o processo de entrevista, eles me forneceram duas intérpretes de ASL. Devo ter falado com aproximadamente 12 pessoas durante a entrevista, e gostei que nenhuma delas tenha mostrado desconforto ao falar com alguém usando intérpretes? provavelmente uma experiência nova para muitos deles. Então, fiquei muito contente quando me ofereceram um estágio como redatora técnica. Isso deu o tom para minhas futuras interações com a Microsoft.

P: Que tipo de trabalho você faz na Microsoft?

Oei: Na Microsoft, trabalho como redatora técnica. Meu grupo possui a documentação para os sistemas operacionais Windows Embedded e Windows Mobile (Oses) e para as ferramentas usadas pelos programadores para fazer versões personalizadas desses Oses para utilização em uma ampla gama de dispositivos, entre eles maquinário industrial, caixas registradoras, celulares inteligentes e PCs de bolso. Trabalho com os programadores criando documentação para essas

ferramentas e também o texto usado nos menus, nas caixas de diálogos e outras partes que você vê na tela ao usar essas ferramentas. Eu cuido para que as instruções sejam claras e exatas sem serem muito longas.

P: Na sua opinião, qual é a primeira reação dos outros funcionários a sua deficiência?

Oei: Na Microsoft, eles estão acostumados a trabalhar com pessoas com experiências de vida bastante diferentes, e eu descobri que isso contribui para um ambiente onde as pessoas têm mentes abertas e estão dispostas a aprender sobre diferenças e a aceitá-las. Por exemplo, várias vezes encontrei alguém que nunca tinha visto antes; quando essas pessoas descobriam que eu era surda e que precisávamos usar um quadro branco [uma superfície onde se escreve com uma caneta que pode ser apagada] ou um processador de texto para poder conversar, encaravam isso sem problemas, como algo normal. Normalmente não menciono que sou surda, exceto quando é necessário explicar a necessidade de um intérprete, e acho que isso ajuda a fornecer pistas sobre como se comportar em relação à minha deficiência. Quando chega alguém novo no nosso grupo, eles geralmente só precisam de algumas dicas sobre como falar comigo de maneira eficaz, tal como se lembrarem de não falar todos ao mesmo tempo nas reuniões para que o intérprete possa acompanhar o que está sendo dito. Ou lembrar-se de olhar no meu rosto e falar um pouco mais devagar para que eu possa ler os lábios.

P: A sua deficiência auditiva afeta seu trabalho, sua capacidade de viajar ou suas interações com colegas em outras salas? Se não, como consegue realizar essas atividades?

Oei: Ser surda na verdade não afeta minha capacidade de viajar. Por exemplo, recentemente retornei de uma viagem à Califórnia e não encontrei nenhuma dificuldade em cuidar dos preparativos para a viagem. Na verdade, o único problema que tive na viagem foi tentar não me perder quando dirigia por lá. Na Microsoft, todos dependem muito do e-mail, de programas de mensagem instantânea... e dos sites internos para se comunicarem uns com os outros. São tipos visuais de comunicação que não exigem som, o que significa que ser surda não é um grande problema quando se trata de falar com os colegas e funcionários em outras salas.

Nas reuniões eu geralmente tenho um intérprete para traduzir o que está sendo dito para mim e tenho acesso ao serviço de retransmissão para telefonemas ocasionais que posso precisar fazer. Quando falo com colegas pessoalmente, se não é uma discussão importante, às vezes uso um intérprete para facilitar a comunicação. Mas muitas vezes prefiro eu mesma falar e ler os lábios da outra pessoa. Se eu, ou a outra pessoa, não conseguimos entender algo que foi dito, escrevemos.

P: Quantas pessoas trabalham em sua unidade? Você é a única com deficiência séria?

Oei: Meu grupo tem cerca de 40 funcionários em período integral. Embora haja outros funcionários em meu grupo com diferentes deficiências, sou a única surda e que usa intérprete de ASL. Em termos médicos, você pode considerar minha surdez como deficiência séria porque sem um aparelho de audição não consigo ouvir absolutamente nada. Mas não penso nisso desse modo. A surdez faz parte de mim, mas não é a primeira coisa em que penso quando alguém me pede para me definir como pessoa. Ser surda teve impacto na minha vida, mas não me impediu de ter um emprego produtivo, de viver de maneira independente em minha própria casa ou de ter vários amigos.

P: Você acha que a Microsoft se beneficia do investimento que faz em seus funcionários com deficiência, inclusive no treinamento de outros funcionários?

Oei: Sem dúvida. Por exemplo, antes da minha contratação como estagiária, o gerente do meu grupo tinha um consultor externo que vinha e fazia um seminário para o meu grupo, para que eles aprendessem a trabalhar com alguém que é surdo. Isso ajudou bastante no período inicial, enquanto nos adaptávamos para trabalhar juntos. Além disso, vários colegas tiveram aulas de linguagem americana de sinais, porque estão interessados em aprender a linguagem e querem facilitar a conversa comigo. Esses fatores ajudaram na decisão de expressar meu interesse em me tornar funcionária em período integral depois do término do meu estágio. Quando a Microsoft procura pessoas para contratar, recebe um contingente maior de candidatos porque aceita pessoas com deficiência, assim, tem mais probabilidade de descobrir alguém muito talentoso que será um ótimo funcionário. Ter pessoas com experiências de vida diferentes proporciona perspectivas diferentes e estimula o pensamento criativo. ■

Bibliografia

Bibliografia selecionada sobre questões relacionadas com deficiência

Albrecht, Gary L. *et al.*, orgs. *Encyclopedia of Disability* [Enciclopédia sobre Deficiência]. 5 vols Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006.

The Alliance for Technology Access [Aliança para Acesso à Tecnologia]. *Computer Resources for People with Disabilities: A Guide to Assistive Technologies, Tools, and Resources for People of All Ages* [Recursos de Informática para Pessoas com Deficiência: Guia de Tecnologias Assistivas, Ferramentas e Recursos para Pessoas de todas as Idades]. 4ª ed. rev. Alameda, CA: Hunter House, 2005.

Blanck, Peter D., org. *Disability Rights* [Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência]. Burlington, VT: Ashgate, 2005. Para outras publicações de Peter D. Blanck, veja o site do Instituto Burton Blatt <http://www.bbi.syr.edu>.

Bordwin, Martin G., Elizabeth Cardoso e Tristen Star. "Computer Assistive Technology for People Who Have Disabilities: Computer Adaptations and Modifications" [Tecnologia Assistiva de Informática para Pessoas com Deficiência: Adaptações e Modificações de Computadores]. *The Journal of Rehabilitation*, vol. 70, nº 3 (julho-setembro de 2004): pp. 28-33.

Bowman, Cynthia Ann e Paul T. Jaeger, orgs. *A Guide to High School Success for Students with Disabilities* [Guia para o Sucesso de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Médio]. Westport, CT: Greenwood, 2004.

Colker, Ruth. *The Disability Pendulum: The First Decade of the Americans with Disabilities Act* [O Pêndulo da Deficiência: A Primeira Década da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência]. Nova York: Universidade de Nova York, 2005.

Erickson, Elizabeth. "Outdoor Recreation Opportunities in the Southwest for People with Disabilities: Organizations, Programs, and Equipment" [Oportunidades de Recreação ao Ar Livre no Sudoeste para Pessoas com Deficiência: Organizações, Programas e Equipamentos]. *Palaestra*, vol. 22, nº 1 (primeiro trimestre de 2006): pp. 29-32, 54, 60.

Furlong, Lisa. "Special Challenges: Students with Disabilities Find Co-op and Internship Opportunities" [Desafios Especiais: Estudantes com Deficiência Encontram Cooperação e Oportunidades de Estágio]. *Diversity/Careers in Engineering & Information Technology*, (terceiro e quarto trimestres de 2003): 13 pp.

Field, Marilyn J., Alan M. Jette e Linda G. Martin. *Workshop on Disability in America, a New Look: Summary and Papers: Based on a Workshop of the Committee on Disability in America: A New Look, Board on Health Sciences*

Policy [Workshop sobre Deficiência nos Estados Unidos, uma Nova Perspectiva: Sumário e Documentos: Baseados no Workshop da Comissão sobre Deficiência nos Estados Unidos: Uma Nova Perspectiva, Conselho sobre Políticas para as Ciências da Saúde]. Washington, DC: National Academies Press, 2006.

Disponível em formatos alternativos e on-line no endereço <http://www.iom.edu/?id=33188>.

Hopkins, Janet. "All Students Being Equal: Helping Your Special Needs Students Using These Resources" [Igualdade para todos os Estudantes: Como Ajudar Alunos com Necessidades Especiais a Usar esses Recursos]. *Technology & Learning*, vol. 26, nº 10 (maio de 2006): pp. 26-28.

International Disability Rights: An Overview and Comparative Analysis of International and National Initiatives to Promote and Protect the Rights of Persons with Disabilities [Direitos Internacionais da Pessoa Portadora de Deficiência: Visão Geral e Análise Comparativa de Iniciativas Internacionais e Nacionais para Promover e Proteger os Direitos das Pessoas com Deficiência]. Washington, DC: Biblioteca Jurídica do Congresso, [2005].

Jaeger, Paul T. e Cynthia Ann Bowman. *Understanding Disability: Inclusion, Access, Diversity, and Civil Rights* [Para Entender a Deficiência: Inclusão, Acessibilidade, Diversidade e Direitos Cívicos]. Westport, CT: Greenwood, 2005.

Jones, Nancy Lee. *The Americans with Disabilities Act and Emergency Preparedness and Response* [Lei dos Americanos Portadores de Deficiência, Prontidão e Resposta em Emergências]. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso, atualizado em 21 de julho de 2006. <http://ncseonline.org/NLE/CRSreports/06Jul/RS22254.pdf>

Jones, Nancy Lee. *The Americans with Disabilities Act: Supreme Court Decisions* [Lei dos Americanos Portadores de Deficiência: Decisões da Suprema Corte]. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso, atualizado em 2 de março de 2006. http://www.opencrs.com/rpts/RL31401_20060302.pdf

King, Gillian A., Elizabeth G. Brown e Linda K. Smith, orgs. *Resilience: Learning from People with Disabilities and the Turning Points in Their Lives* [Flexibilidade: Aprendendo com Pessoas Portadoras de Deficiência e Momentos Decisivos na Vida dessas Pessoas]. Westport, CT: Greenwood, 2003.

Klein, Stanley D. e John D. Kemp, orgs. *Reflections from a Different Journey: What Adults with Disabilities Wish All Parents Knew* [Reflexões sobre uma Trajetória Diferente: O que os Adultos com Deficiência Gostariam que todos os Pais Soubessem]. Nova York: McGraw-Hill, 2004.

Kohler, Keith. "Visually Impaired Students Meet the Challenge" [Alunos com Deficiência Visual Vencem o Desafio] *Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço: Apresentações e Notícias* (22 de outubro de 2006): 3 pp. http://www.nasa.gov/audience/forstudents/9-12/features/F_Visually_Impaired_Meet_Challenge.html

McMahon, Brian T. e Linda R. Shaw, orgs. *Enabling Lives: Biographies of Six Prominent Americans with Disabilities* [Capacitando Vidas: Biografias de Seis Proeminentes Americanos Portadores de Deficiência]. Boca Raton, FL: CRC Press, 2000.

Phillips, Adam. "Disability Services Help Others" [Serviços de Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência Ajudam Outras]. *VOA News* (6 de junho de 2006): 3 pp. <http://www.voanews.com/english/archive/2006-06/2006-06-06-voa22.cfm>

Ray, Lucinda e Kimberly Atwell. "The Web and Special Education" [Internet e Educação Especial]. *Computers in the Schools*, vol. 21, nº 3-4 (março de 2005): pp. 53-67.

Salend, Spencer J. "Using Technology to Teach and Individual Differences Related to Disabilities" [O Uso da Tecnologia para Ensinar e Diferenças Individuais Relacionadas com a Deficiência] *Teaching Exceptional Children*. vol. 38, nº 2 (novembro/dezembro de 2005): pp. 32-38.

Discute sites da internet, orientações curriculares, filmes, livros, revistas, transmissões em vídeo e outras ferramentas de aprendizado.

Samuels, Christina A. "Disability Less Likely to Hold Back Youths Following High School" [A Deficiência é Cada Vez Menos um Impedimento ao Avanço dos Jovens Após o Ensino Médio] *Education Week*, vol. 24, nº 44 (10 de outubro de 2005): pp. 1,19.

Santos, Ann. "ADA: 15 and Counting" [15 Anos e Contando] *PN/Paraplegia News*, vol. 59, nº 7 (julho de 2005): pp. 20-22.

Steelman, Patricia, comp. *Select Bibliography of Children's Books about the Disability Experience* [Bibliografia Seleccionada de Livros Infantis sobre Experiências com a Deficiência]. [Chicago]: Comitê do Prêmio Literário Família Schneider, edição revisada de abril de 2006. <http://www.ala.org/ala/awardsbucket/schneideraward/bibliography.htm>

Stroman, Duane F. *The Disability Rights Movement: From Deinstitutionalization to Self-Determination* [Movimento pelos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência: da Desinstitucionalização à Autodeterminação]. Lanham, MD: University Press of America, 2003.

Sygal, Susan e Michele Scheib, orgs. *Rights and Responsibilities: A Guide to National and International Disability-Related Laws for International Exchange Organizations and Participants* [Direitos e Responsabilidades: Guia das Legislações Nacional e Internacional sobre Deficiência para Organizações e Participantes de Intercâmbio Internacional]. Eugene, OR: Centro Nacional de Informações sobre Deficiência e Intercâmbio, Mobility International USA, 2004. Disponível em formatos alternativos e on-line no site <http://www.miusa.org/>.

Turkington, Carol e Joseph Harries, orgs. *The Encyclopedia of Learning Disabilities* [Enciclopédia das Deficiências de Aprendizado]. 2ª ed. Nova York: Facts on File, 2006.

Bureau do Censo dos Estados Unidos. *Disability and American Families: 2000*. Special Report [Deficiência e Famílias Americanas:2000]. Relatório Especial. Washington: Escritório, julho de 2005. <http://www.census.gov/prod/2005pubs/censr-23.pdf>

Departamento de Educação dos EUA. Escritório de Educação Especial e Serviços de Reabilitação. *Disability Employment 101*. Edição revisada. Washington: junho de 2006. <http://www.ed.gov/about/offices/list/osers/products/employmentguide/index.html>

Departamento de Justiça dos EUA. Divisão de Direitos Cívicos. *Access for All: Five Years of Progress: A Report from the Department of Justice on Enforcement of the Americans with Disabilities Act* [Acessibilidade para Todos: Cinco Anos de Progresso; Relatório do Departamento de Justiça sobre a Aplicação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência]. Washington: Divisão, 11 de outubro de 2006. <http://www.ada.gov/5yearadraprt/fiveyearada.pdf>

O Departamento de Estado dos EUA não se responsabiliza pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outras agências e organizações relacionados acima. Todos os links de internet estavam ativos em novembro de 2006.

Recursos na internet

Sites selecionados sobre deficiência e capacitação do Departamento de Estado dos EUA

GOVERNO DOS EUA

Conselho Nacional sobre Deficiência

<http://www.ncd.gov/>

Agência federal independente que recomenda políticas ao presidente e ao Congresso para melhorar a qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência. Publica relatórios, um boletim informativo e uma relação de serviços.

Departamento de Educação dos EUA. Escritório de Educação Especial e Serviços de Reabilitação (OSERS)

<http://www.ed.gov/about/offices/list/osers/index.html?src=oc>

Atendendo pessoas portadoras de deficiência de todas as idades, o OSERS divulga matérias jornalísticas, informações e recursos relativos à Lei sobre Melhoria da Educação para Portadores de Deficiência, de 2004 (Idea), bem como um kit de ferramentas voltado para o ensino e a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Os três componentes do OSERS são: o Escritório de Programas de Educação Especial, a Administração de Serviços de Reabilitação e o Instituto Nacional de Pesquisa sobre Deficiência e Reabilitação.

Direitos dos Portadores de Deficiência

http://usinfo.state.gov/scv/history_geography_and_population/civil_rights/disability_rights.html

Site do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado que inclui artigos de autoria dos membros da equipe e links para relatórios e outros recursos.

DisabilityInfo.gov

<http://www.disabilityinfo.gov/digov-public/public/DisplayPage.do?parentFolderId=500>

Desenvolvido por uma parceria de mais de 20 agências federais em resposta à Iniciativa Nova Liberdade do presidente Bush, esse é um portal centralizado, com links comentados para sites sobre deficiência, principalmente do governo, embora o setor não-governamental também esteja representado. Os temas abordados incluem educação, prontidão para emergências, emprego, saúde, tecnologia, transporte, moradia, vida comunitária e direitos civis. Cada uma dessas categorias principais apresenta diversas subcategorias, bem como matérias jornalísticas relacionadas, próximos eventos, recursos estaduais e locais, informações sobre concessão de verbas e financiamentos, além de leis e regulamentações.

Emprego no Governo Federal para Pessoas Portadoras de Deficiência

<http://www.opm.gov/disability/>

Esse site dá acesso a informações "relevantes sobre recrutamento, emprego e retenção de portadores de deficiência no governo federal". Inclui leis federais e estaduais, outros sites de instituições governamentais e não-governamentais e histórias de sucesso de funcionários federais com deficiência.

Escritório do Censo dos EUA: Deficiência

<http://www.census.gov/hhes/www/disability/disability.html>

Relatórios, informativos e dados sobre deficiência, além de links para outros sites contendo estatísticas sobre deficiências fornecidas pelo setor de estatística do Departamento de Comércio dos EUA.

Home Page da ADA

<http://www.ada.gov/>

Essa página, do Departamento de Justiça dos EUA, oferece informações detalhadas e assistência técnica sobre a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (ADA).

JAN: Rede de Adaptação ao Trabalho

<http://www.jan.wvu.edu/>

A JAN é uma ferramenta gratuita de serviços de informação e encaminhamento dirigida a empregadores, portadores de deficiência, profissionais de reabilitação e pessoas afetadas pela deficiência. Um serviço do Escritório de Políticas de Emprego para os Portadores de Deficiência, do Departamento do Trabalho dos EUA, a JAN trata das adaptações do local de trabalho para pessoas portadoras de deficiência, disposições da ADA sobre emprego e recursos de assistência técnica, financiamento, educação e serviços relacionados.

Serviço da Biblioteca Nacional para Cegos e Portadores de Deficiência Física (NLS)

<http://www.loc.gov/nls/index.html>

Um serviço da Biblioteca do Congresso, o NLS divulga materiais por meio de uma rede nacional de cooperação entre bibliotecas. Uma seção importante desse site é a de Materiais de Referência do NLS. Veja, por exemplo, as orientações do site sobre Produtos de Tecnologia Assistiva, Emprego para Pessoas Portadoras de Deficiência, a bibliografia referente à Conscientização sobre Deficiência e Entradas Complementares, uma base de dados de novos materiais.

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

ABLEDATA

<http://www.abledata.com>

ABLEDATA consiste em uma base de dados de 19 mil “produtos de tecnologia assistiva e equipamentos de reabilitação disponíveis em território nacional e no exterior. Fornece também informações sobre as empresas que vendem esses produtos, embora nenhum deles seja vendido por meio do site. A ABLEDATA é mantida pelo Instituto Nacional de Pesquisa sobre Deficiência e Reabilitação do Departamento de Educação dos EUA.

Associação Americana de Programas de Esportes Adaptados (AAASP)

<http://www.aaasp.org/>

Programa atlético interescolar para alunos da primeira série do ensino fundamental à última série do ensino médio com deficiência visual ou física, a AAASP desenvolve e organiza programas esportivos estaduais, bem como treinamento e infra-estrutura certificada para técnicos, funcionários e coordenadores.

Associação de Centros Universitários sobre Deficiência (AUCD)

<http://www.aucd.org/>

Essa rede de centros interdisciplinares concentra-se em pesquisa, educação e serviços para “pessoas com deficiência de desenvolvimento e outras, bem como para seus familiares e comunidades”.

Best Buddies (Melhores Amigos)

<http://www.bestbuddies.org/site/c.ljJ0J8MNIse/b.933717/k.CBF8/Home.htm>

Essa organização sem fins lucrativos dedica-se a melhorar a vida de pessoas com retardo mental, oferecendo oportunidades para fazer amigos e para empregos integrados. Atualmente a Best Buddies internacional tem unidades em 25 países e planos de expansão para o futuro.

Centro de Políticas Humanas, Direito e Estudos sobre Deficiência (CHPLDS)

<http://disabilitystudies.syr.edu/>

O CHPLDS é “uma rede de programas acadêmicos, centros, organizações estudantis e professores associados”. Recursos sobre educação pública, pesquisa, treinamento, ativismo e programas acadêmicos estão disponíveis nesse site.

Centro Nacional de Divulgação para Crianças Portadoras de Deficiência (NICHCY)

<http://www.nichcy.org/index.html>

O NICHCY funciona como “fonte central de informações” sobre deficiências em crianças de todas as idades, a Lei de Educação para Portadores de Deficiência (Idea), a iniciativa do presidente *No Child Left Behind* (Nenhuma Criança Fora da Escola) e material baseado em pesquisa sobre práticas educacionais eficientes. Veja, por exemplo, a lista do site em Conscientização sobre Deficiência. As informações estão disponíveis em inglês e espanhol.

Centro Nacional de Informações sobre Deficiência e Intercâmbio (NCDE)

<http://www.miusa.org/ncde>

Patrocinado pelo Escritório de Assuntos Educacionais e Culturais do Departamento de Estado dos EUA e administrado pela Mobility International USA, esse centro é uma fonte abrangente de informações sobre deficiência e intercâmbio no âmbito internacional. O site inclui orientações, dicas, histórias pessoais, links, listas de correspondência e a revista on-line, Um Mundo à Sua Espera.

Coalizão Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (NCDR)

<http://www.ncdr.org/>

A NCDR, aliança de centenas de organizações voltadas para a defesa das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos civis e da justiça social, oferece informações de recursos sobre ativismo e conscientização, entre eles informativos e serviços de alerta da ADA Watch e o portal Documento ADA.

Congresso Americano de Apoio Comunitário e Serviços de Emprego (ACCSES)

<http://www.accses.org/>

Associações de reabilitação estaduais e programas comunitários de reabilitação trabalham juntos para maximizar “as oportunidades de emprego para pessoas com deficiência mental e física e sua independência de vida”. Esse site apresenta links para oportunidades de redes de contato, informações sobre ativismo, informativos sobre temas específicos e outros materiais.

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro de 2006

<http://www.un.org/esa/socdev/enable/disiddp.htm>

Este ano, o tema do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é “e-acessibilidade”. A comemoração anual visa intensificar a conscientização sobre as questões da deficiência e aumentar o apoio aos direitos, à dignidade e ao bem-estar dos portadores de deficiência. Patrocinado pela Divisão de Políticas Sociais e Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

Disabled Sports USA (Esportes para Portadores de Deficiência EUA)

<http://www.dsusa.org/>

Organização sem fins lucrativos que oferece programas esportivos de reabilitação em todo o país a qualquer pessoa com deficiência permanente. A DS/USA também prepara e seleciona atletas para representar os Estados Unidos nos Jogos Paraolímpicos de verão e de inverno, competições para pessoas com deficiência organizadas pelo Comitê Olímpico Internacional."

Independence, Inc.: Revistas, Livros, Informativos, Artes e Links para outras Mídias

<http://www.independenceinc.org/giant/magaz.htm>

Esse guia abrangente e comentado sobre sites é organizado por um centro de recursos para vida independente com sede em Kansas.

Instituto Mundial sobre Deficiência (WID)

<http://www.wid.org/>

Centro internacional de políticas públicas dedicado ao fortalecimento do movimento de defesa das causas dos portadores de deficiência por meio de “pesquisa, treinamento, ativismo e informação pública, com vistas a possibilitar às pessoas com deficiência do mundo inteiro desfrutar das crescentes oportunidades de uma vida independente”.

Instituto Vida Independente

<http://www.independentliving.org/>

Voltado para a promoção da autodeterminação, do auto-respeito e da dignidade das pessoas portadoras de deficiência, essa associação de desenvolvimento de políticas oferece informações, materiais de treinamento, consultoria e assistência técnica. A instituição também trabalha com organizações similares locais, nacionais e internacionais, inclusive com grupos de auto-ajuda nos países em desenvolvimento.

Mobility International USA (Mobilidade Internacional EUA - Miusa)

<http://www.miusa.org/>

Essa organização sem fins lucrativos promove “intercâmbio educacional internacional, liderança e direitos da pessoa portadora de deficiência, além de viagens para pessoas com e sem deficiência. A Miusa patrocina o Centro Nacional de Informações sobre Deficiência e Intercâmbio.

Organização Nacional sobre Deficiência (N.O.D.)

<http://www.nod.org/>

A N.O.D. enfoca o envolvimento da comunidade, a participação econômica e o acesso à independência para pessoas com deficiência. Calendários dos próximos eventos, estatísticas, pesquisas, links e um informativo estão disponíveis nesse site.

Organizações Nacionais Dedicadas à Deficiência

[http://www.disabilityinfo.gov/digov-](http://www.disabilityinfo.gov/digov-public/public/DisplayPage.do?parentFolderId=5195)

[public/public/DisplayPage.do?parentFolderId=5195](http://www.disabilityinfo.gov/digov-public/public/DisplayPage.do?parentFolderId=5195)

Relação abrangente e comentada das organizações nacionais dedicadas a todos os tipos de deficiência, do DisabilityInfo.gov. A seguir, uma lista complementar de organizações selecionadas.

Paraolimpíadas EUA

<http://www.usolympicteam.com/paralympics/>

Site oficial da equipe paraolímpica dos EUA, que oferece competição para atletas portadores de deficiência física. Os Jogos Paraolímpicos internacionais se realizam em seguida aos Jogos Olímpicos e aos Jogos Olímpicos de Inverno nos mesmos locais e estabelecimentos.

Projeto Movimento pelos Direitos Humanos e Vida Independente

<http://bancroft.berkeley.edu/collections/drilm/>

Lançada em 1996, essa coleção de documentos básicos consiste em mais de cem histórias orais com líderes, participantes e observadores do movimento durante as décadas de 1960 e 1970, bem como de documentos pessoais e registros de importantes organizações para pessoas com deficiência. A coleção é mantida na Biblioteca Bancroft na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

VSA arts

<http://www.vsarts.org/>

Essa organização sem fins lucrativos trabalha por meio de uma rede de afiliadas nos Estados Unidos e em mais de 60 países para promover o acesso às artes a milhões de pessoas com deficiência, apoiar cursos de artes nas escolas e fazer exposições de trabalhos de artistas portadores de deficiência. Merece destaque a relação de livros, peças de teatro e filmes.

Whirlwind Wheelchair International (WWI), um projeto de cadeiras de rodas

<http://www.whirlwindwheelchair.org/>

Atuante em mais de 45 países da África, Ásia e América Latina, a WWI projeta cadeiras de roda adaptadas para terrenos acidentados para serem produzidas e usadas nos países em desenvolvimento. Suas recentes iniciativas incluem a construção de cadeiras na Índia, que são depois transportadas e montadas para uso no Afeganistão, e um projeto para promover “solução de conflitos, desenvolvimento econômico e integração socioeconômica de crianças e adultos com deficiência de locomoção no sul do Cáucaso”.

O Departamento de Estado dos EUA não se responsabiliza pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outras agências e organizações relacionados acima. Todos os links de internet estavam ativos em novembro de 2006.



© AP Images/Bucks County Courier Times, Donna Lere

Nos Estados Unidos, muitos animais exercem um papel importante como prestadores de serviço ou auxiliares terapêuticos para crianças e adultos. São cães que guiam cegos, macacos que manipulam objetos domésticos e cavalos que proporcionam às crianças uma visão do mundo bem diferente daquela que elas têm de sua cadeira de rodas. Aqui, um laço afetivo une Eileen e sua amiga "Kely".



© AP Images/Roswell Daily Record, Andrew Poerthner

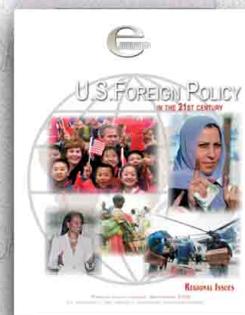
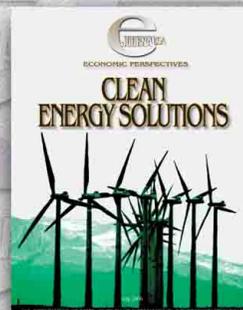
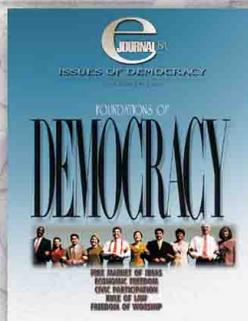
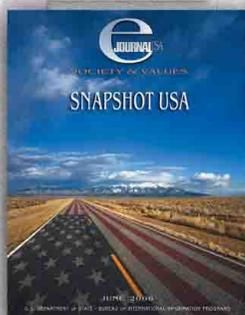
Jeremiah gosta de participar do programa terapêutico para crianças cegas. O que ele mais aprecia é “ver” os cavalos pelo toque.



**REVISTA MENSAL
SOBRE OS EUA
EM VÁRIOS
IDIOMAS**

Cinco edições temáticas:

**Perspectivas Económicas
Agenda de Política Externa
Questões Globais
Questões de Democracia
Sociedade e Valores**



VEJA A RELAÇÃO COMPLETA DOS TÍTULOS EM
<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>